

**INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA**

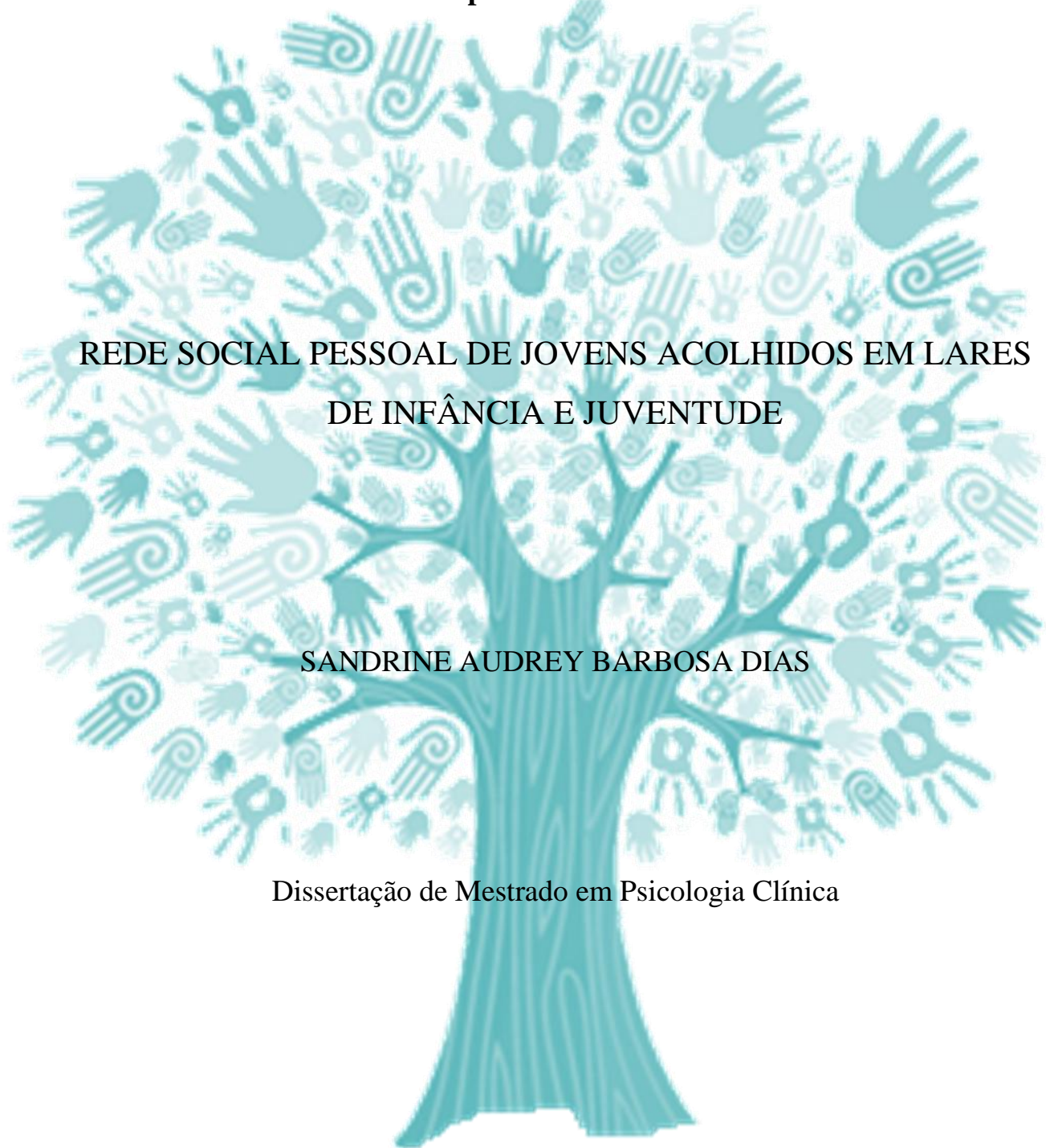
**Escola Superior de Altos Estudos**

**REDE SOCIAL PESSOAL DE JOVENS ACOLHIDOS EM LARES  
DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**SANDRINE AUDREY BARBOSA DIAS**

**Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica**

**Coimbra, 2014**





# Rede social pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude

SANDRINE AUDREY BARBOSA DIAS

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre Psicologia Clínica –  
Ramo de Terapias Familiares e Sistémicas

Orientadora: Professora Doutora Joana Sequeira

Coimbra, novembro de 2014

## **Agradecimentos**

Para a concretização desta investigação, foram várias as pessoas que contribuíram e me incentivaram a levar este desafio até ao fim. A elas o meu sincero obrigada.

À minha orientadora, Professora Doutora Joana Sequeira, pela atitude incansável de colaboração, bem como pela afetividade, apoio, rigor, motivação e confiança que tentou sempre transmitir.

À Professora Doutora Sónia Guadalupe por me ter despertado a curiosidade pelas redes, pela riqueza da sua experiência e conhecimento, pela disponibilidade, apoio, partilha, entusiasmo e amizade com que sempre me recebeu.

Às instituições de acolhimento e às respetivas equipas técnicas e educativas pela cooperação, partilha, carinho e receptividade com que acolheram esta investigação e se disponibilizaram a participar ativamente para que esta se concertizasse.

Aos jovens que participaram neste estudo, pela disponibilidade e receptividade com que me receberam e partilharam parte das suas histórias, tornando possível a sua concretização.

Às crianças, jovens e famílias com quem me cruzei na prática profissional, pelo desafio que me colocam diariamente e por me fazerem acreditar que vale a pena investir e participar nos seus percursos.

Aos profissionais e colegas com quem me tenho cruzado, partilhado angústias, desejos e sucessos e aprendido muito.

Aos amigos da minha rede pelas palavras de incentivo, pelo carinho, pela compreensão pelas minhas sucessivas ausências, pelos momentos de descontração e desabafo.

Aos meus pais e à minha irmã por todo o apoio, carinho, amor incondicional e compreensão.

Ao Johnny agradeço por tudo, pela tolerância pelas minhas ausências, ansiedades e más disposições, por estares presente nos momentos mais difíceis, mas especialmente pela amizade sincera e pelo amor.

## **Resumo**

A rede social dos sujeitos tem sido considerada fundamental para lidar com a adversidade. O objetivo central deste estudo foi caracterizar as redes sociais pessoais de jovens em regime de acolhimento institucional prolongado, na perspetiva dos próprios e dos técnicos das instituições e perceber se estas relacionam com o projeto de vida.

Participaram 84 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos de idade, acolhidos em 6 lares de infância e juventude do distrito de Santarém. Os participantes são na sua maioria do sexo feminino, com uma idade média de 15 anos. Para avaliação das variáveis em estudo utilizou-se a versão revista sumária do Instrumento de Avaliação de Redes Sociais Pessoais (IARSP-RS) e um questionário de autorresposta de caracterização da instituição de acolhimento.

Os resultados desta investigação permitiram verificar que as redes dos jovens em situação de acolhimento institucional são fragmentadas, constituídas, em média, por 12 elementos e predominantemente compostas por familiares, amigos e profissionais das instituições, destacando-se as relações familiares. O nível de apoio social percebido é elevado na função emocional e informativa. Verificou-se uma maior reciprocidade do apoio por parte das jovens do sexo feminino, a institucionalização pode potenciar a expansão da rede social de suporte e a frequência de contactos associa-se à distância geográfica. A satisfação dos jovens com o suporte social é elevada. Metade dos jovens perspetivam a saída da instituição pela via da autonomização. A perceção dos profissionais das redes de suporte social é mais limitada, no tamanho, reciprocidade, satisfação com o suporte social e nas relações estabelecidas com a família, amigos da comunidade envolvente e relações de trabalho/estudo. Por outro lado, os técnicos identificam um nível mais elevado de densidade e de vínculos com os técnicos e educadores da instituição. Não se verificaram diferenças significativas nas características da rede social em função do projeto de vida, porém perceberam-se diferenças no projeto de vida em função da idade e da duração do acolhimento.

A rede social apresenta um potencial protetor que vale a pena conhecer, fomentar e valorizar, destacando-se que é importante conhecer a perspetiva do próprio sujeito, já que esta tem um carácter muito pessoal.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional; Rede Social & Suporte Social

## **Abstract**

The social network has been considered fundamental to deal with the adversities. The main objective of this study was to characterize the social network of the youngsters in prolonged institutional care, from the perspective of themselves and professionals of the institutions and to observe if their social network fits with their life project.

84 youngsters with ages between 12 and 20 years old living in 6 institutions of childhood and juvenile care from de district of Santarém participated in this study. The participants are mainly female, with an average age of 15 years old. To evaluate the variables in study, it was applied a version of the summary review of the Instrument of Evaluation of Personal Social Networks (IARSP-RS) and a survey of self-response to characterize the institutional care.

The results of this investigation allowed to conclude that the social network of youngsters in a situation of institutional care are fragmented, composed by an average of 12 elements and primarily composed by family members, friends and professionals, but the most significant were the family relationships. It was observed that social support is high in terms of emotional and informative functions. It was observed an higher mutual support from the young ladies, institutionalization may foster the expansion of the social support network and that the frequency of connections is related with geographic distance. The satisfaction of the youngsters with social support is high. Half of the youngsters previews getting out of the institution by becoming autonomous. The understanding of the professionals of the social support network is more limited, about size, mutuality, satisfaction with the social support, family, friends of involving community and relationship of work/study. On the other side, the professionals identify an higher level of density and bonds with the technicals and educators of the institutions. Significative differences in the characteristics social network in terms of the life project weren't found, however there were diferences in the life project in terms of the age and the duration of institutionalization.

The social network has a protector potential that is worth of studying, promote and valorize, highlighting that it is important to know the perspective of the individual, because of its personal nature.

**Keywords:** Institutional Care; Social Network & Social Support

## Índice

Introdução .....	1
Acolhimento institucional .....	2
Rede de suporte social.....	6
Rede social pessoal de crianças e jovens institucionalizados .....	8
Metodologia .....	13
Tipo de estudo .....	13
Instrumentos .....	13
Procedimentos .....	15
Participantes .....	16
Resultados .....	18
Características estruturais da rede de apoio social .....	18
Características funcionais da rede de apoio social .....	21
Características contextuais da rede de apoio social .....	22
Perspetiva dos técnicos das redes de suporte social dos jovens institucionalizados.....	23
Diferenças em função do projeto de vida e das variáveis centrais do estudo .....	25
Discussão dos Resultados .....	26
Conclusões .....	33
Referências Bibliográficas .....	35

### Anexos

Anexo I - Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (Jovens)

Anexo II - Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (Técnicos)

### Apêndices

Apêndice A – Questionário de caracterização da instituição de acolhimento

Apêndice B – Cronograma

Apêndice C – Pedido de Autorização/Colaboração

Apêndice D – Consentimento Informado

Apêndice E – Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov

Apêndice F – Caracterização das Instituições de Acolhimento

Apêndice G – Tamanho da rede em classes

Apêndice H – Correlações entre os apoios percebidos e as relações significativas

Apêndice I - Teste de *H de Kruskal-Wallis* da variável projeto de vida em função das características da rede

## **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1 - Variáveis sociodemográficas.....	16
Tabela nº 2 - Projeto de vida e tempo de acolhimento dos jovens.....	17
Tabela nº 3 - Características estruturais da rede de apoio social.....	19
Tabela nº 4 - Características estruturais da rede em função das características da instituição..	20
Tabela nº 5 - Características funcionais da rede de apoio social.....	21
Tabela nº 6 - Características contextuais da rede.....	22
Tabela nº 7 - Idade e sexo da rede social de apoio.....	23
Tabela nº 8 - Teste de <i>W Wilcoxon</i> da perceção dos jovens e dos técnicos das redes sociais de apoio..	24
Tabela nº 9 - Teste de H de <i>Kruskal-Wallis</i> da variável projeto de vida em função do tempo de acolhimento e relações familiares.....	25

## **Índice de Figuras**

Figura nº 1 - Relação entre o projeto de vida e a dispersão geográfica.....	25
Figura nº 2 - Relação entre o projeto de vida e o tempo de acolhimento.....	25

## Introdução

A UNICEF estima que, no mundo, existam 2,2 milhões de crianças e jovens confiados a instituições (Browne, 2009, p. 5). Em Portugal, de acordo com a caracterização anual da situação de acolhimento, no ano de 2013 estiveram em acolhimento 8.445 crianças e jovens, sendo que 65% estavam acolhidos em instituições de carácter prolongado, dos quais 79,9% correspondem a jovens entre os 12 e os 20 anos (Instituto de Segurança Social, 2014). O relatório anual, além de dar conta do predomínio de jovens em acolhimento em lares de infância e juventude, reporta que o número de raparigas (51,4%) em acolhimento é ligeiramente superior ao de rapazes (48,6%), que 16,8% das crianças e jovens estão acolhidos num distrito diferente do seu agregado familiar de origem e que prevalece o acolhimento mais prolongado (4 ou mais anos). No que diz respeito aos projetos de vida, verifica-se que a autonomização (46,41%), reintegração na família nuclear (32,03%) e adoção (7,27%) são os mais frequentes.

Assumindo-se a importância dos vínculos no desenvolvimento dos sujeitos (Sousa, 2012), o papel das redes sociais no desenvolvimento de crianças e jovens e as suas funções protetivas (Alves, 2007), o presente estudo pretende caracterizar a rede social pessoal de jovens em regime de acolhimento institucional e analisar a eventual relação desta com o projeto de vida de cada jovem.

A família é, por excelência, o primeiro espaço físico e relacional, privilegiado para a satisfação das necessidades das crianças/jovens e para seu o desenvolvimento pleno (Alarcão, 2002; Arteaga & del Valle, 2001; Bronfenbrenner, 1979; Cepa, 2011; Martins, 2004; Penha, 1996; Pereira, 2009; Siqueira & Dell' Aglio, 2007). Todavia, por vezes, a família não assegura as necessidades da criança (Arteaga & del Valle, 2003). Nestes casos as funções familiares são realizadas de forma insatisfatória, tanto nos aspetos de ordem organizativa, como nos aspetos de cariz relacional (Alarcão, 2002), colocando as crianças numa situação de (potencial) perigo.

Segundo o artigo 3º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), uma criança está em perigo quando se encontra nas seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou afeto adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; também, quando está sujeita de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu



equilíbrio emocional; ou quando assume comportamentos ou se entrega a atividades ou costumes que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto consigam impedir a situação (Ramião, 2007).

O mau trato é multifacetado, resulta de processos dinâmicos e continuados, que se expressam em diferentes áreas da vida dos cidadãos (individual, relacional, comunitário e social) e que comporta riscos ecológicos, cumulativos e multifatoriais para os sujeitos (Alberto, 2004; Bronfenbrenner, 1979; Magalhães, 2005; Martins, 2004, 2005; Penha, 1996). Pode caracterizar-se pela ação/agressão (verbal, física, sexual, psicológica) e/ou pela desadequação ou ausência de cuidados, afetos, interação e interesse, que comprometa ou coloque em risco as necessidades físicas e/ou emocionais da criança (Alberto, 2004; Bronfenbrenner, 1979; Department of Health, 2000; Formosinho & Araújo, 2004; Magalhães, 2005; Palacios, Jiménez, Oliva & Saldaña, 2013; Pereira, 2003; Silva, 2001).

Num contexto de perigo na infância é importante salvaguardar o superior interesse da criança (alínea a), do art. 4, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e disponibilizar-lhe oportunidades e suporte para um desenvolvimento saudável. A intervenção deve desenvolver-se na proporcionalidade do fator-problema, legitimando-se a necessidade de uma intervenção direta junto da criança e da sua família. Para fazer face a estas situações, a LPCJP consagra as medidas de promoção e proteção (artigos 34º - 35º, 39º - 51º), que podem ser aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou pelos Tribunais. Estas medidas podem ser executadas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida) ou em regime de colocação (acolhimento familiar, acolhimento em instituição, confiança a instituição com vista a futura adoção).

### **Acolhimento institucional**

O acolhimento institucional de uma criança ou jovem “decorre de falhas graves no cumprimento das responsabilidades parentais” (Martins, 2004, p. 274), sendo que as instituições de acolhimento procuram promover as necessidades de desenvolvimento das crianças e jovens e suprir as lacunas no exercício da função parental. Assim, a medida de acolhimento em instituição visa afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontram, proporcionar-lhes segurança, saúde, formação, educação, bem-estar, condições para o desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica (art. 34º, da LPCJP) sempre que a família (nuclear ou alargada) e demais estruturas familiares

significativas para a criança (p.ex. famílias idóneas) manifestem incapacidade de o fazer (Instituto de Segurança Social, I.P., 2005).

Bronfenbrenner (1979) defende que, além do contexto familiar, a única configuração que serve como um contexto abrangente para o desenvolvimento humano, a partir dos primeiros anos de vida, são as instituições de acolhimento para crianças, apesar de reconhecer que a instituição não é um equivalente funcional de uma família. Sempre que “é necessário optar pela separação da criança da sua família, as instituições de acolhimento constituem um dos recursos mais importantes” (Arteaga & del Valle, 2003, p. 136).

Em Portugal, as instituições de acolhimento de crianças e jovens distinguem-se em três níveis: Unidades de Emergência (destinadas a situações emergência, por um período máximo de 48 horas); Centros de Acolhimento Temporário (estrutura transitória, para um período que não deve ultrapassar os 6 meses); e lares de infância e juventude (resposta de acolhimento prolongado). Neste estudo vamos focar-nos nos lares de infância e juventude. Segundo o artigo 50º da LPCJP o acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento permanente, de uma equipa técnica que lhes garanta cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem educação, bem-estar e um espaço de desenvolvimento integral.

O acolhimento institucional, por vezes, constitui uma transição necessária, que implica mudanças, reorganização e riscos, bem como potencialidades para a criança/jovem e para a família. O acolhimento extrafamiliar pode constituir-se como uma situação de proteção e de oportunidades (Poletto & Koller, 2008), não devendo ser encarado apenas como o suprimento estrito de uma falha da família, mas enquanto oportunidade de ganhos efetivos para a criança/jovem e para a família (Martins, 2004).

A retirada da criança/jovem do contexto familiar tem como primeiro objetivo proteger a criança/jovem, garantindo-lhe condições de desenvolvimento e bem-estar. Porém terá várias implicações, podendo, por isso, constituir-se como uma resposta paradoxal (Alberto, 2008; Alves, 2007; Bronfenbrenner, 1979; Browne, 2009; Gomes, 2010; Martins, 2004; 2005; Mota & Matos, 2008; Siqueira & Dell’Aglia, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglia, 2009). Alarcão (2002, p. 295) afirma “se é certo que uma criança ou um adolescente não podem ser sujeitos nem mantidos numa situação de violência (qualquer que seja a forma que ela reveste), a verdade é que a sua institucionalização pode constituir uma nova forma de violência para o referido sujeito e para a sua família [...] É nesse sentido que a proteção forçada (pela via da institucionalização e da colocação) pode constituir outra violência”.

Alguns estudos apontam para dificuldades associadas ao acolhimento institucional: atrasos de desenvolvimento, *deficits* das habilidades emocionais, cognitivas e sociais (Bos, Zeanah, Fox, Drury, McLaughlin & Nelson, 2011; Browne, 2009; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Martins, 2004; Tarullo & Gunnar, 2005; World Health Organization, 2013); perda de vínculo afetivo e desenraizamento (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2006); sentimentos de perda, abandono e solidão (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Gomes, 2010; Mota & Matos, 2008); níveis de depressão elevados (Dell’Aglío, 2000; Martins, 2004; Raffo, 1994, cit. in Alberto, 2008); índices reduzidos de autoestima, histórias relacionadas com o afastamento à família (Alberto, 2008; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Martins, 2004; Siqueira, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009); ausência de referências consistentes e contínuas (Siqueira, 2006; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009); problemas educativos, de adaptação e comportamento (Browne, 2009; Fernández, Álvarez & Bravo, 2003; Martins, 2004; Millán, Hamido-Mohamed & Gómez, 2009; World Health Organization, 2013); e dificuldades de inserção social e profissional na vida adulta (Goyette, 2010).

Os impactos revelam-se mais negativos quando o acolhimento ocorre na primeira infância (Bos, Zeanah, Fox, Drury, McLaughlin & Nelson, 2011; Bronfenbrenner, 1979; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Gomes, 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2006), quando este é prolongado no tempo (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Gomes, 2010; Millán, Hamido-Mohamed & Gómez, 2009), e quando não é acompanhado da promoção de cuidados adequados por um adulto com o qual a criança/jovem possa estabelecer uma relação afetiva estável (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Instituto de Segurança Social, I.P., 2005).

A investigação demonstra ainda que o acolhimento em instituição é também uma oportunidade de desenvolvimento, que apresenta efeitos positivos na integração/ adaptação social e profissional, desenvolvimento social; desempenho escolar e menos problemas emocionais (Arteaga & del Valle, 2001; Batchelor, 1999, cit. in Alberto, 2008; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Martins, 2004; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), registando-se melhorias após a integração em instituições. Há ainda evidências sobre a melhoria do autoconceito, autoestima e satisfação com a própria imagem (Martins, 2004; Millán, Hamido-Mohamed & Gómez, 2009; Mota & Matos, 2008), dados que são contrários a alguns dos resultados referidos anteriormente. A reforçar estes dados acresce a perceção positiva que algumas crianças/jovens têm em relação ao acolhimento (Dell’Aglío, 2000;

Mota & Matos, 2008), a disponibilidade de apoio, pertença, segurança e proteção (Mártin & Dávila, 2008; Mota & Matos, 2008; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), a promoção de relações positivas (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Martín & Dávila, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), de experiências salutaras (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), bem como com o efeito atenuante das recordações negativas, e facilitação de recursos e estratégias para lidar com situações adversas (Nunes, 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Os aspetos secundários associados aos impactos da institucionalização também devem ser considerados, nomeadamente, a existência de problemas de desenvolvimento antes do acolhimento associados ao próprio sujeito e/ou ao maltrato vivenciado, os motivos da separação, a relação prévia estabelecida com os cuidadores primários, contexto e situação de perigo/mau trato vivenciada. A associação destes fatores ao processo de institucionalização, ao contexto e oportunidades na instituição de acolhimento, a idade da criança/jovem à data do acolhimento, a duração do acolhimento, sexo e temperamento da criança/jovem, entre outros aspetos também podem fazer variar os impactos da institucionalização (Alberto, 2008; Arteaga & del Valle, 2001; Bronfenbrenner, 1979; Browne, 2009; Cepa, 2011; Dell’Aglío, 2000; Martins, 2005; Nunes, 2010; Palacios, 2003; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

A instituição deve assim promover um ambiente facilitador do desenvolvimento cognitivo, social e emocional (Alberto, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2006), apresentar-se como um contexto securizante e contentor, bem como disponibilizar recursos para que as crianças/jovens possam enfrentar os acontecimentos negativos que resultam da colocação, nomeadamente, a criação ou potenciação de laços afetivos consistentes, securizantes e duradouros com as crianças/jovens em acolhimento (Gomes, 2010). Este período deve ser encarado como temporário, devendo ser definidas estratégias e objetivos para a desinstitucionalização, seja pelo retorno à família biológica (nuclear ou alargada), pela confiança a pessoa idónea, pela via da adoção, ou pela autonomização dos jovens (Alves, 2007; Gomes, 2010). Deste modo, ao longo do acolhimento de uma criança/jovem, a sua situação deverá ser alvo de (re)avaliações contínuas no sentido da definição de um projeto de vida individualizado. Quando “o objetivo é que a criança possa regressar a casa, trabalhar com a família, deve ser prioritário; se a separação for definitiva, trata-se de focar a intervenção para a preparação da criança para poder integrar uma nova família; quando se trata de um adolescente que não vai voltar para casa, nem vai integrar uma nova família,

devem ser trabalhadas as suas competências para ter uma vida autónoma e independente” (Junta de Castilha Y León, 1995, cit. in Arteaga & del Valle, 2001, p. 203).

Scott, Neill, e Minge (2005) realçam que a manutenção de contactos regulares com elementos significativos durante o acolhimento é importante para a promoção e manutenção de vínculos relacionais e afetivos, sendo que as crianças/jovens que mantêm contactos mais regulares com as famílias apresentam maior probabilidade de reintegração familiar. Os mesmos autores (idem) realçam que a relação e os contactos entre a criança/jovem e a família são fortemente influenciados pelos profissionais das instituições de acolhimento.

### **Rede de suporte social**

A rede social dos sujeitos tem sido considerada fundamental na adaptação, saúde, bem estar e como promotor de resiliência, ao longo do desenvolvimento, nomeadamente nos momentos de crise, como é o acolhimento institucional. Madalena Alarcão e Liliana Sousa (2007, p. 371) realçam o papel de pessoas significativas na “transformação criativa da crise”, nomeadamente de sujeitos socialmente isolados e/ou bloqueados na capacidade de lidar e superar dificuldades. Assim, a rede social é considerada um recurso fundamental na adaptação a situações de *stress* (Dell’ Aglio, 2000; Dolan, Canavan & Brady, 2008; Pereira, 2003, 2012; Sapienza & Pedromônico, 2005). Existe uma influência positiva do apoio social na saúde, bem estar (Andrade & Vaitsman, 2002; Barrón, 1997; Janeiro, 2011; Proctor, Groza & Rosenthal, s.d; Serrano, 2007; Sluzki, 2000), satisfação com a vida (Brito & Koller, 1999) e desenvolvimento infantil (Martins, 2004).

A investigação desenvolvida por Pereira (2009) realça a relação existente entre a vulnerabilidade social e o enfraquecimento das redes sociais, bem como a importância destas na proteção de crianças e jovens. Brito e Koller (1999) defendem que, crianças com apoio social e afetivo reduzido são mais vulneráveis a riscos emocionais e sociais. Deste modo, a ausência ou escassez de suporte social configura um fator de risco para a ocorrência ou manutenção de situações de risco/perigo infantil (Instituto de Segurança Social, I.P., 2005; Magalhães, 2005; Penha, 1996; Pereira, 2009). Por outro lado, as redes de suporte social são percebidas como sendo um mecanismo importante para a promoção de resiliência e proteção (Bourdon, 2009; Gomes 2010; Instituto de Segurança Social, I.P., 2005; Janeiro, 2011; Mota & Matos, 2008; Penha, 1996; Sani, 2004; Sluzki, 2000; Siqueira, Betts & Dell’ Aglio, 2006).

A rede de apoio social é um conceito polissémico. De acordo com Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2006, p. 380) a rede de apoio social refere-se ao “conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento existentes e percebidos”,

sendo que a ligação e interconexão entre os sujeitos da rede social tem por base “um padrão estrutural específico” (Soczka, 2005, p. 83). Wellman (1981, cit. *in* Guadalupe, 2001) faz referência a um “conjunto de nós e laços de ligações entre os nós”, que nos reporta para a “imagem de uma teia” (Andrade & Vaitsman, 2002, p.927). Já Siqueira e Dell’ Aglio (2006, p. 77) defendem que a rede de apoio social estabelece a forma como o indivíduo percebe o seu mundo social, como se orienta nele, as suas estratégias e competências para estabelecer relações, os recursos que dispõe ou a que acede para enfrentar as situações adversas com que se confronta.

Sluzki (1996, p.42) introduz o conceito de rede social pessoal, centrando-se no indivíduo e no seu sistema relacional, considerando-a o seu “nicho interpessoal”, isto é o conjunto de pessoas percebidas como significativas, com quem interagimos regularmente, e que se distinguem da massa anónima da sociedade. Segundo Alarcão e Sousa (2007), as redes são sistemas abertos e recíprocos que, através de um intercâmbio dinâmico entre os seus membros e os elementos de outros grupos sociais, potenciam recursos tendo em vista a satisfação das necessidades e interesses dos seus membros.

Distinguem-se dois tipos de redes, primárias e secundárias. Com as primárias mantemos relações informais de interação, com base na afinidade, vizinhança, amizade e companheirismo, que podem ter uma carga afetiva, positiva ou negativa e que tendem a ser mais duradouras, apesar de se transformarem ao longo do tempo (Abreu, 2003; Alarcão & Sousa, 2007). As ligações que unem os elementos tendem a ser naturais e informais, são formadas e mantidas no tempo e no espaço, numa lógica de reciprocidade (Sanicola, 1997). Os elementos da família constituem a rede primária mais estável e duradoura (Portugal, 2007; Sousa, 2012). As redes secundárias são compostas por membros institucionais e fornecem serviços ou dão resposta a necessidades e exigências funcionais. Podem ser formais e/ou informais, sendo que as formais assumem um carácter mais rígido, oficial e estruturado do que as informais (Alarcão & Sousa, 2007; Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

O apoio social é uma das funções principais das redes sociais, associa-se ao sentimento de pertença e à satisfação com o apoio recebido. Todavia, “nem todas as redes sociais implicam suporte” (Penha, 1996, p. 14), algumas “podem assumir-se como redes destrutivas ou inócuas” (Coimbra, 1990, cit. *in* Abreu, 2003, p. 75). O apoio social pode ser contínuo, tal como previsto nos relacionamentos duradouros ou intermitente e de curto prazo, como por exemplo em situações agudas ou de crise (Proctor, Groza & Rosenthal, s.d.). A falta de suporte social, às famílias em situação de vulnerabilidade e privação, é considerada como um fator de risco para a ocorrência de situações de crise (Brito & Koller, 1999; Department of

Health, 2000; Eleith, 2007; Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006; Magalhães, 2005; Maia & Williams, 2005; Martins, 2004; Penha, 1996; Pereira, 2003; Poletto & Koller, 2008).

Na infância a família, sobretudo os pais, constituem a rede fundamental da criança e a sua principal fonte de apoio. A institucionalização altera quer a qualidade quer a frequência e intensidade das relações com a família (Dell'Aglio, 2000; Nunes, 2010; Siqueira, 2006; Siqueira, Betts & Dell' Aglio, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2006, 2007). A bibliografia acerca desta temática enfatiza a relevância de aspetos funcionais e relacionais da família, nomeadamente a presença de relações afetivas, coesão, segurança, ausência de discórdias, organização e estrutura (Bronfenbrenner, 1979). À medida que a criança/jovem se desenvolve as relações sociais externas vão sendo mais frequentes (Arteaga & del Valle, 2001; Brito & Koller, 1999; Siqueira, 2006), ou seja, expande-se a sua rede de contactos, aumenta o suporte, sendo que na adolescência os pares são identificados como uma das principais fontes de apoio e parte significativa da rede social (Cepa, 2011; Livi, Berger & Schneider, 2009; Lopes & Moleiro, 2012; Nunes, 2010; Redondo, Pimentel & Correia, 2012; Siqueira, Betts & Dell' Aglio, 2006). A família continua, porém, a ter um papel central, importante e influente (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Dolan, Canavan & Brady, 2008).

As relações familiares, bem como as relações com os elementos do mesossistema ecológico são importantes para o desenvolvimento adaptativo da criança/jovem. A este respeito, as raparigas apresentam resultados mais elevados na perceção de suporte social (Lopes & Moleiro, 2012, p. 141) e parece observar-se uma relação inversa entre a idade o suporte social, ou seja, o aumento da idade tende a estar relacionado com uma menor perceção de suporte social (Furman & Buhrmester, 1992, cit. *in* Lopes & Moleiro, 2012; Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

### **Rede social pessoal de crianças e jovens institucionalizados**

O acolhimento institucional é entendido como um acontecimento que “provoca inúmeras mudanças nas [...] vidas e [...] redes de apoio social e afetivo” (Siqueira, Betts & Dell' Aglio, 2006, p.149) das crianças e jovens com histórias de maltrato apresentando, frequentemente, menos perceção de suporte social (Lopes & Moleiro, 2012).

A institucionalização precoce e prolongada pode potenciar a rutura dos laços da criança/jovem com a sua rede significativa, com potenciais consequências na formação de novas relações afetivas (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007, p. 31). Alguns

investigadores realçam os riscos de desconexão da rede associados à institucionalização, sendo este risco mais elevado quando a colocação é feita longe da residência da criança/jovem (Arteaga & del Valle, 2003; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007). Todavia, a investigação destaca que a distância geográfica entre a instituição de acolhimento e a residência dos elementos da família não impede que a família continue a ser percecionada como fonte de apoio (Araújo, 2012; Martín & Dávila, 2008; Mendes, 2011; Nunes, 2010; Pereira 2010), sendo mesmo, por vezes, a principal fonte de apoio (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006) com um papel importante ao nível da adaptação durante o acolhimento (Arteaga & del Valle, 2003).

A investigação também tem realçado a importância dos elementos que compõem a instituição de acolhimento para os jovens institucionalizados, como fontes de apoio social e afetivo (Arteaga & del Valle, 2003; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Instituto de Segurança Social, I.P., 2005; Martín & Dávila, 2008; Nunes, 2010; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), podendo estes constituir-se “na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento” (Siqueira & Dell’Aglío, 2006, p.77).

Os resultados da investigação realizada por Arteaga e Fernández del Valle, em Espanha, no ano de 2001, revelam que os jovens (entre os 12 e os 15 anos) percecionam os vínculos com os elementos da família como sendo mais próximos, do que as crianças mais novas. Neste estudo foi aplicado o instrumento Programa Individual de Intervenção, elaborado por Fernández del Valle (1998) a 673 crianças e jovens, de ambos os sexos, acolhidos em 42 lares de infância e juventude, com idades entre os 4 e os 18 anos. Os adolescentes mais velhos apresentam menores dificuldades de autonomia e na utilização dos recursos. Com o aumento da idade as relações sociais externas alargam-se e são mais frequentes. O mesmo estudo revela que quando a medida de acolhimento institucional é aplicada por acordo dos representantes legais a vinculação é maior entre a criança e a família, a cooperação familiar também, assim como os recursos para a autonomia e independência. Por outro lado, as conclusões revelam que o maltrato subjacente ao acolhimento está relacionado com a ligação entre a criança e a família.

Os mesmos autores (Arteaga & del Valle, 2003) realizaram estudo comparativo entre 384 jovens em acolhimento institucional, 882 jovens integrados em contexto familiar (sem relação com o sistema de promoção e proteção), no qual foi utilizado o questionário de apoio social de Fernández del Valle e Errasti (1991). Concluíram que os jovens acolhidos tendem a



perceber um menor apoio social da sua rede, apesar de terem uma rede mais numerosa (em média de 11 elementos). Dos resultados obtidos realça-se que os jovens em acolhimento identificam com menor frequência os pais como elemento da rede de apoio social, comparativamente aos jovens integrados em contexto familiar; a família assume um papel menos importante para os jovens em acolhimento e o grupo de pares assume um papel significativo. Os adultos são mais valorizados como fontes de apoio. O educador da instituição tende ser referenciado como um elemento de confiança, prestador de apoio emocional. A mãe e os avós são identificados como referências afetivas.

Também o estudo desenvolvido por Martín e Dávila (2008), com 102 participantes com idades entre os 8 e os 18 anos, acolhidos em instituições de acolhimento em Tenerife, no qual foi utilizado o questionário de apoio social (Fernández del Valle & Errasti, 1991), e o Teste Auto Avaliativo Multifatorial de Adaptação Infantil (TAMAI) (Hernandez, 1996), conclui que o contexto familiar está relacionado de forma mais positiva e significativa com a afetividade e reforça a importância dos adultos, da instituição e da família.

A investigação realizada por Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006), no Brasil, sobre a perceção de apoio social e afetivo das redes de 35 adolescentes institucionalizados, com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos, de ambos os sexos, em 7 instituições de acolhimento, indica que a principal fonte de apoio percecionada são os adultos, especialmente a família e os monitores da instituição. A relação com a mãe é qualificada como satisfatória e o pai é uma figura percebida como menos próxima. As raparigas tendem a percecionar mais contactos que os rapazes, os adultos são mais referenciados como fontes de apoio, em detrimento dos pares. As autoras realçam a positividade associada às relações familiares, que consideram ser fruto da idealização das crianças, assim como a conflituosidade nas relações na instituição, em contraponto com as relações estabelecidas com a família. Os jovens em acolhimento percebem o apoio instrumental como sendo o tipo de apoio mais importante facultado pela família, seguido do emocional e afetivo. No que se refere aos elementos adultos da instituição, os três tipos de apoio estão ao mesmo nível. Neste estudo foram aplicados o mapa dos cinco campos (Samuelsson, Thernlund & Ringstrom, 1996, adaptado por Hoppe, 1998) e uma entrevista semiestruturada.

Em 2009, a investigação de Siqueira, Tubino, Schwarz e Dell’Aglío apresenta resultados similares ao estudo anterior, realçando-se a importância do papel da instituição na rede de apoio social e afetivo de crianças e jovens. Mais de metade dos jovens (59,4%) refere que mantém contactos com a família, mas uma percentagem considerável (39,9%) reporta ausência e 7% contactos esporádicos e/ou raros com a família. A média de elementos da rede

dos participantes é 31, sendo que a maioria são da instituição de acolhimento, seguindo-se a família, escola, amigos/parentes e, por último, contactos formais. Os dados resultam da aplicação do mapa dos cinco campos (Samuelsson, Thernlund & Ringstrom, 1996, adaptado por Hoppe, 1998) e uma entrevista semiestruturada a 146 crianças e adolescentes (entre os 7 e os 16 anos de idade), acolhidos em instituições brasileiras.

Em contexto nacional destacam-se cinco investigações realizadas entre o ano de 2010 e 2012 (Araújo, 2012; Cepa, 2011; Mendes, 2011; Nunes, 2010; Pereira, 2010). A investigação de Araújo (2012) incide na perceção do autoconceito, qualidade de vida e rede social de 62 jovens, entre os 12 e os 18 anos, acolhidos em instituições de acolhimento. Dos resultados realçamos que o tamanho médio das redes sociais dos jovens em acolhimento é de 11 elementos, sendo que os elementos mais significativos para os jovens pertencem à família, seguidos dos amigos. Os elementos que compõem a instituição são os menos referenciados.

A investigação realizada por Cepa (2011) caracteriza as redes sociais pessoais de 36 crianças, entre os 6 e os 12 anos, acolhidas em Centros de Acolhimento Temporário. Foi também avaliada a perspetiva dos técnicos. Os resultados revelam que as redes sociais destas crianças são tendencialmente pequenas (em média 4,58 pessoas), coesas, mistas, demograficamente heterogéneas e multidimensionais; caracterizadas pela reciprocidade e versatilidade; geograficamente próximas, com presença diária dos elementos da rede, sendo que a família é a mais referenciada e é percebida como fonte de apoio emocional e companhia social. A autora verificou ainda que “o projeto de vida da criança funciona primordialmente como uma variável independente” (Cepa, 2011, p. 42), percebendo uma diminuta articulação entre as redes sociais e o projeto de vida após o acolhimento.

Eloisa Mendes (2011) investigou e analisou a rede social de 26 crianças e jovens, dos 8 aos 17 anos, acolhidos em dois lares de infância e juventude no norte do país e a perceção destes da sua qualidade de vida, com foco no papel das famílias amigas, bem como dos psicólogos dos lares. Concluíram que as redes sociais são compostas em média por 9 elementos, sendo que a família assume maior representatividade. Os elementos de apoio residem na mesma cidade e mantêm um contacto regular. Os participantes identificam as redes como sendo coesas, seguidas das redes fragmentadas, as relações são recíprocas e o apoio emocional é o tipo de apoio mais associado à família, amigos e profissionais da instituição. As figuras significativas são positivamente percebidas, são versáteis e o apoio é percebido como sendo suficiente nos vários domínios, à exceção do apoio técnico. Destaque-se que a autora não encontrou correlação entre o tamanho da rede e a idade das

crianças/jovens, assim como entre o tamanho da rede e a duração do acolhimento, ao contrário do que foi pontuado em alguns estudos.

A investigação desenvolvida por Nunes (2010), com 30 adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, concluiu que uma maior satisfação com o suporte social percebido está relacionada com uma menor duração do acolhimento e com a idade do jovem, sendo que quanto mais velho maior a satisfação. Segundo a autora, tais resultados podem indiciar “que os jovens que passam mais tempo da sua vida em meio familiar se sentem mais satisfeitos com suporte recebido, eventualmente pelos contactos que ainda se mantêm com o meio de origem” (Nunes, 2010, p. 51).

O estudo desenvolvido por Vanda Pereira (2010), com 14 jovens acolhidas em Lar de Infância e Juventude, identifica a rede de suporte social atual das jovens acolhidas e analisa as alterações ocorridas na rede de suporte social com a institucionalização e influência na autonomização das jovens, através da aplicação de uma entrevista semiestruturada e do mapa dos cinco campos (Samuelsson, Thernlund & Ringstrom, 1996). Os resultados apontam para alterações significativas na rede de suporte social das jovens, verificando-se diferenças nas relações privilegiadas e nos elementos centrais da rede de suporte para a adaptação, antes e depois do acolhimento. As jovens apresentam uma rede de suporte social primária essencialmente familiar, sendo esta de tamanho médio (6-10 elementos) e com maior concentração no círculo de maior proximidade; e a rede secundária é pequena (1-5 elementos), essencialmente concentrada no campo técnicos/instituição. A autora destacou a dificuldade em identificar a existência de relação entre a rede social e o processo de autonomização.

A investigação tem demonstrado de forma consistente o papel e importância das redes e suporte social no desenvolvimento das crianças/jovens, bem como na sua proteção contra riscos e vulnerabilidades, nomeadamente no contexto institucional (Alves, 2007; Arteaga & del Valle, 2003; Martín & Dávila, 2008; Martins, 2004; Mota & Matos, 2008; Siqueira, Betts & Dell’Aglia, 2006; Penha, 1996). No entanto, a investigação nesta área ainda é escassa e os resultados não são consonantes. Pretende-se assim neste trabalho caracterizar as redes sociais pessoais de jovens em regime de acolhimento institucional prolongado, analisar a perspetiva das crianças e dos técnicos das instituições e verificar se a rede se relaciona com o projeto de vida definido para a criança/jovem, ou seja se as relações familiares são mais valorizadas nas situações em que se perspetiva a reintegração familiar e se as relações comunitárias e de amizade são privilegiadas, quando se prevê a reintegração numa nova família ou na autonomização dos jovens.

### **Metodologia**

O presente estudo procurou responder às seguintes questões de investigação:

1. Quais as características estruturais, funcionais e contextuais das redes de suporte social pessoal dos jovens acolhidos em lares de infância e juventude?
2. Existem diferenças nas características da rede social em função do sexo dos participantes?
3. Quais as diferenças na perceção dos jovens e dos técnicos em relação ao tamanho, composição, densidade, frequência de contactos, tipos de apoio disponibilizados da rede, reciprocidade e satisfação com o suporte social?
4. As características estruturais da rede diferem em função do género, dimensão e localização da instituição de acolhimento?
5. A instituição de acolhimento encontra-se perto do local de residência dos significativos?
6. Existem diferenças nas redes sociais e pessoais dos jovens em função do projeto de vida?

### **Tipo de estudo**

Este é um estudo quantitativo, transversal correlacional. Segundo Fortin (2009), o método quantitativo é um processo de investigação sistemático de recolha de dados quantificáveis, para obter informações, descrever e testar hipóteses. Assume natureza transversal quanto ao tempo em que decorre, já que os instrumentos foram aplicados num momento único pré-definido. Trata-se de um estudo correlacional dado que “tem como objetivo avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis” (Sampieri, Collado & Lucio, 2006, p.103).

Atendendo que nesta investigação “não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes [...] mas que se observam situações já existentes, não provocadas intencionalmente” (*idem*, p. 223-224), trata-se de um estudo não experimental.

### **Instrumentos**

Utilizou-se a versão revista sumária do Instrumento de Avaliação de Redes Sociais Pessoais (IARSP-RS, adaptado por Guadalupe & Alarcão, 2009) para os jovens (Anexo I) e técnicos da instituição (Anexo II) e um questionário de caracterização da instituição de acolhimento (Apêndice A).

O Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal foi “desenvolvido para ser usado como instrumento clínico e como suporte de investigação” (Guadalupe, 2001). Trata-se de um questionário descritivo, multidimensional de autorresposta, “uma forma estruturada de identificação dos elementos que o sujeito entrevistado identifica como significativos na sua vida (ou num determinado momento da sua vida), do tipo de apoio que deles recebe e a eles dirige” (Alarcão & Sousa, 2007, p. 354). O Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal - Versão Revista Sumária - IARSP- RS (Guadalupe & Alarcão, 2009) corresponde à versão revista sumária do IARSP. Este instrumento permite a recolha de informação acerca da rede social pessoal de sujeitos ou famílias, analisa as características estruturais da rede (tamanho, composição/distribuição, densidade, dispersão e homogeneidade/ heterogeneidade), características funcionais (tipos de apoio) e atributos do vínculo (multidimensionalidade e versatilidade, reciprocidade e frequência de contactos).

O IARSP-RS está dividido em 3 partes: 1) apresentação do instrumento e dos seus objetivos, as instruções de preenchimento e os dados sociodemográficos relativos ao sujeito investigado (idade, sexo, nível de instrução) e a questão inicial, geradora da rede; 2) identificação das pessoas significativas (positiva ou negativamente), com as quais o sujeito tenha estabelecido contacto nos últimos 6 meses, caracterizando-as, em seguida, de acordo com a ligação estabelecida - família (especificando-se o parentesco), amigos(as) (extra instituição), amigos(as) (intra instituição), família amiga, relação/colegas de trabalho ou de estudo, educadores(as)/técnicos(as) – aos quais se deverá juntar a caracterização dos mesmos (sexo, faixa etária, durabilidade da relação, frequência de contactos, dispersão geográfica, apoios percebidos), para além de questões adicionais sobre o tempo de acolhimento, o projeto de vida definido, as eventuais mudanças percebidas no tamanho da rede social pessoal com o acolhimento institucional, possíveis perdas ou cortes relacionais e a satisfação dos elementos com a rede e com o suporte social percebido; 3) identificação da interconexão entre os elementos, independentemente do próprio jovem (utilizando-se uma folha própria para o efeito).

A aplicação do Instrumento de Análise de Redes Sociais Pessoais aos técnicos pretendeu aceder à visão que estes têm da rede das crianças/jovens e pontuar a importância atribuída aos elementos que compõem a rede, bem como, cruzar os dados recolhidos com os do jovem.

O questionário de autorresposta de caracterização da instituição de acolhimento é constituído por 12 questões relativas ao estatuto jurídico da instituição; género em acolhimento; faixas etárias das crianças/jovens acolhidas; número de crianças/jovens em acolhimento; dimensão/capacidade da instituição de acolhimento; constituição das equipas;

formação da equipa técnica e número de elementos de cada área; formação dos outros elementos da equipa e número de elementos de cada área; estrutura física da instituição de acolhimento; contexto/localização da instituição de acolhimento; relação entre a instituição de acolhimento e a família; e a relação entre a instituição de acolhimento e a comunidade.

## Procedimentos

A recolha de dados foi realizada em 6 lares de infância e juventude do distrito de Santarém, entre os meses de março e junho de 2014 (Apêndice B).

De acordo com os procedimentos formais e éticos procedeu-se à solicitação junto de uma das autoras do instrumento (IARSP-RS - Guadalupe & Alarcão, 2009) de autorização para a utilização deste instrumento. Num segundo momento, foi solicitado às instituições, através de contato telefónico com os responsáveis pelos lares de infância e juventude a disponibilidade para colaboração. Posteriormente, foi enviado um pedido escrito de colaboração e autorização para a participação dos jovens e técnicos no estudo em causa (Apêndice C). Tendo em consideração as respostas das entidades contactadas, foram realizadas reuniões com o intuito de expor os objetivos do estudo, garantir o anonimato e confidencialidade dos dados, confirmar o número de participantes e aplicação dos instrumentos de recolha de informação. Após consentimento das instituições, foram apresentados os objetivos do estudo aos jovens e solicitada a sua participação através de um consentimento informado, no qual se garante o cumprimento de todos os procedimentos éticos e deontológicos associados à investigação em psicologia tendo em conta as diretrizes do Código Deontológico dos Psicólogos (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011) (Apêndice D).

No que diz respeito ao tratamento dos dados, a análise estatística foi efetuada recorrendo ao programa informático de análise de dados estatísticos *Statistic Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21 para *Windows*. Efetuaram-se estatísticas descritivas, mais concretamente as frequências absolutas (n), as frequências relativas (%), médias (M), desvio padrão (DP) e variação (valor mínimo e máximo).

Para analisar a normalidade das variáveis em estudo recorreu-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* e conclui-se pela não normalidade das variáveis (Apêndice E). Deste modo, optou-se pelo uso de testes não paramétricos. Realce-se, porém, que a variável nível de densidade assume distribuição normal, é simétrica e mesocúrtica. Para classificar a magnitude das correlações seguimos os critérios de Bryman e Cramer (Pocinho, 2014, p. 45):  $\leq 0,2$  muito fraca e sem significância;  $0,2 < r \leq 0,39$  fraca;  $0,4 < r \leq 0,69$  moderada;  $0,7 < r \leq 0,89$  forte; e  $0,9 < r \leq 1$  correlação muito elevada.

## Participantes

Os participantes são jovens, de ambos os sexos, acolhidos em lares de infância e juventude, do distrito de Santarém, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos de idade. Para efeito da aplicação dos instrumentos, nenhum dos elementos podia ter limitações cognitivas significativas, que condicionassem a sua compreensão e capacidade de resposta às questões colocadas. Nesta investigação participaram jovens acolhidos em 6 lares de infância e juventude do distrito de Santarém, selecionados com base no critério de acessibilidade e conveniência (Pocinho, 2009).

No que respeita às instituições de acolhimento, 3 (50,0%) acolhem unicamente crianças e jovens do sexo feminino, 2 (33,3%) são masculinas e 1 (16,7%) é mista em relação ao género em acolhimento (Apêndice F). Dos participantes, 54,8% das raparigas encontram-se acolhidas em lares unicamente femininos, 29,8% estão em instituições exclusivamente masculinas e 15,5% acolhem ambos os sexos. Relativamente às faixas etárias em acolhimento, esta varia entre os 6 e os 21 anos.

A grande maioria (83,3%) dos lares de infância e juventude tem uma capacidade de acolhimento média baixa, as quais estão instaladas em prédios de habitação de utilização exclusiva (n=3; 50,0%), parcial (n=2; 33,3%) e em edifício histórico (n=1; 16,7%), sitas na sua maioria em contexto urbano (83,3%). Da nossa amostra, 84,5% dos jovens encontram-se acolhidos em unidades residenciais urbanas. Quanto à relação da instituição com a comunidade envolvente e com a família a totalidade das instituições percebem-se como sendo abertas (Apêndice F).

Tabela 1  
Caraterísticas sociodemográficas dos participantes

<b>Sexo</b>	<i>n</i>			<i>%</i>				
Feminino	49			58,3				
Masculino	35			41,7				
<b>Total</b>	84			100				
<b>Idade</b>	<b>Total</b>		<b>Raparigas</b>		<b>Rapazes</b>		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
12-20 anos	15,26	2,168	15,51	2,337	14,91	1,884	742,000	0,290
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>		
12-14 anos	33	39,3	19	38,8	14	40,0	776,500	0,425
15-17 anos	37	44,0	19	38,8	18	51,4		
18-20 anos	14	16,7	11	22,4	3	8,6		
<b>Escolaridade</b>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>		
Ensino Básico - 1º Ciclo	21	25,0	7	14,3	14	40,0	601,000	<b>0,011*</b>
Ensino Básico - 2º Ciclo	43	51,2	29	57,1	15	42,9		
Ensino Básico - 3º Ciclo	15	17,9	9	18,4	6	17,1		
Ensino Secundário	4	6,0	5	10,2	-	-		

NOTA: M = Média; DP = Desvio Padrão; U = U de Mann-Whitney; p = nível de significância; \*p≤0,05; \*\*p≤0,01

Participaram neste estudo 84 jovens, sendo a maioria do sexo feminino ( $n=49$ ; 58,39%) (Tabela 1). Tendo em consideração o relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens, no ano de 2013 estiveram em acolhimento 355 crianças e jovens no distrito de Santarém, pelo que a amostra corresponde a 23,67% da população acolhida neste distrito (Instituto de Segurança Social, 2014). Cerca de 44% dos jovens têm idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos ( $M=15,26$ ;  $DP=2,168$ ;  $Min=12$ ;  $Max=20$  anos). Quanto à escolaridade, mais de metade dos jovens (51,2%) possuem pelo menos o 2º ciclo de escolaridade concluído (Tabela 1). Através do teste de U de Mann-Whitney ( $U=601,00$ ;  $p=0,011$ ) verificámos que existem diferenças significativas na escolaridade dos participantes em função do sexo, sendo que as raparigas apresentam maior nível de escolaridade (Tabela 1).

Tabela 2  
*Projeto de vida e tempo de acolhimento dos jovens*

Projeto de vida e tempo de acolhimento dos jovens									
	Total		Raparigas		Rapazes		X <sup>2</sup>	p	
	n	%	n	%	n	%			
Projeto de vida – Perspetiva dos jovens									
(Re)integração na família nuclear	34	40,5	14	28,6	20	57,1	9,024	0,061	
(Re)integração na família alargada	4	4,8	3	6,1	1	2,9			
Confiança a Pessoa idónea	1	1,2	1	2,0	-	-			
Adoção	3	3,6	1	2,0	2	5,7			
Autonomização	42	50,0	30	61,2	12	34,3			
Total	84	100	49	100	35	100			
Projeto de vida – Perspetiva dos Técnicos									
(re)integração na família nuclear	31	36,9	14	28,6	17	48,6	5,608	0,230	
(re)integração na família alargada	5	6,0	2	4,1	3	8,6			
Confiança a Pessoa idónea	1	1,2	1	2,0	-	-			
Adoção	5	6,0	3	6,1	2	5,7			
Autonomização	42	50,0	29	59,2	13	37,1			
Total	84	100	49	100	35	100			
Tempo de acolhimento - perspetiva dos jovens								U	p
< 1 ano	21	25,0	11	22,4	10	28,6	619,500	0,026*	
1 ano	11	13,1	4	8,2	7	20,0			
2-3 anos	27	32,1	14	28,6	13	37,1			
4-6 anos	7	8,3	6	10,2	2	5,7			
= > 6 anos	18	21,4	15	30,6	3	8,6			
Total	84	100	49	100	35	100			
Tempo de acolhimento – Perspetiva dos Técnicos									
< 1 ano	14	16,7	10	20,4	4	11,4	692,500	0,122	
1 ano	8	9,5	2	4,1	6	17,1			
2-3 anos	29	34,5	13	26,5	16	45,7			
4-6 anos	17	20,2	11	22,4	6	17,1			
= > 6 anos	16	19,0	13	26,5	3	8,6			
Total	84	100	49	100	35	100			

NOTA:  $X^2$  = Qui-Quadrado da independência;  $U$  = *U de Mann-Whitney*;  $p$  = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$



Como podemos constatar na tabela 2, a duração de acolhimento de 32,1% dos participantes ( $n=27$ ) varia entre os 2 e os 3 anos, seguida da permanência por um período inferior a um ano (25,0%;  $n=21$ ). Na duração do acolhimento, as raparigas apresentam maiores tempos de permanência em instituições de acolhimento ( $U=619,500$ ;  $p=0,026$ ) (Tabela 2).

Relativamente aos projetos de vida (Tabela 2), 50,0% ( $n=42$ ) identificam a autonomia de vida como projeto, sendo esta tendência é mais expressiva no caso das raparigas ( $n=30$ ; 61,2%). Os jovens do sexo masculino identificam maioritariamente o retorno à família nuclear como projeto de vida ( $n=20$ ; 57,1%). Todavia, não verificámos diferenças significativas quanto ao sexo (Tabela 2).

A perceção dos jovens e dos elementos das equipas técnicas das instituições, em relação aos projetos de vida, não revela grande discrepância. Os técnicos revelam uma perceção mais duradora do acolhimento, sendo a permanência em instituição à 2 ou mais anos mais expressiva ( $n=62$ ; 73,7%), com destaque para a duração entre os 2 e os 3 anos ( $n=29$ ; 34,5%), o que vai ao encontro da perceção dos jovens.

## Resultados

### Características estruturais da rede de apoio social

As redes sociais dos jovens têm em média 12 elementos. É de referir que as redes variam entre os 2 e 40 elementos. A média de elementos nos rapazes é ligeiramente superior ( $M=13,03$ ;  $DP=7,838$ ) à das raparigas ( $M=11,71$ ;  $DP=6,621$ ). Quanto à distribuição dos sujeitos pelos intervalos, verificamos que as redes com número superior a 21 elementos são pouco representativas, correspondendo a 6%, sendo as mais frequentes as redes que possuem 6 a 10 elementos (Apêndice G).

As redes de suporte dos participantes são compostas por relações familiares, de amizade e institucionais em 42,9% dos casos ( $n=36$ ), seguindo-se as que são compostas por família e amigos ( $n=18$ ; 21,4%). As redes são tendencialmente constituídas por 3 campos relacionais distintos ( $M=2,89$ ;  $DP=0,74$ ). Existe 1 participante que descreveu na rede os 5 campos relacionais e 16 identificaram elementos de 4 campos relacionais, em 2 configurações distintas: família, amigos, comunidade (afinidade) e instituição; e família, amigos trabalho/estudo e relações institucionais. É de referir que 6 jovens não identificaram qualquer relação familiar como significativa na sua rede social pessoal.

Tabela 3  
*Características estruturais da rede (respostas dos jovens)*

	<b>Total</b>		<b>Raparigas (n = 49)</b>		<b>Rapazes (n = 35)</b>			
<b>Tamanho médio da Rede</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>U</b>	<b>p</b>
	12,26	7,137	11,71	6,621	13,03	7,838	792,500	0,554
<b>Composição da rede de apoio social por relação</b>	<b>M(DP)</b>	<b>%</b>	<b>M (DP)</b>	<b>%</b>	<b>M (DP)</b>	<b>%</b>	<b>U</b>	<b>p</b>
Relações Familiares	4,63 (3,61)	39,92	3,82 (3,087)	35,31	5,77 (4,015)	46,38	605,500	<b>0,021*</b>
Relações de Amizade (extra instituição)	2,10 (2,12)	16,32	2,22 (2,003)	18,36	1,91 (2,293)	13,47	741,500	0,280
Relações de Amizade (instituição)	1,68 (2,98)	13,18	1,84 (3,608)	13,06	1,46 (1,804)	13,35	850,500	0,947
Relações com famílias amigas	0,54 (2,09)	3,74	0,86 (2,669)	6,11	0,09 (0,507)	0,43	706,500	<b>0,019*</b>
Relações de Trabalho / Estudo	0,26 (0,53)	1,61	0,24 (0,596)	1,96	0,29 (0,893)	1,13	823,500	0,612
Relações institucionais (Educadores / Técnicos)	3,12 (12,85)	23,89	2,84 (3,478)	23,68	3,51 (3,745)	24,20	782,000	0,487
<b>Campos Relacionais</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>U</b>	<b>p</b>
Nº de campos relacionais	2,89	0,745	2,96	0,815	2,80	0,632	776,000	0,423
<b>Densidade da Rede Social</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>U</b>	<b>p</b>
	66,44	23,66	67,49	24,507	64,95	22,686	805,500	0,637

NOTA: M = Média; DP = Desvio Padrão; U = U de Mann-Whitney; p = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

Em termos globais, as relações familiares (39,92%) assumem grande parte das relações da rede, tendo cada rede, em média 4,63 elementos da família ( $DP=4,61$ ). Seguem-se as relações com os pares (29,50%), sendo que 16,32% correspondem a relações de amizade extra instituição ( $M=2,10$ ;  $DP=2,12$ ) e 13,18% são amigos da instituição ( $M=1,68$ ;  $DP=2,98$ ). As relações com técnicos e educadores da instituição representam 23,89% dos elementos ( $M=3,12$ ;  $DP=12,85$ ). Rapazes e raparigas seguem a mesma tendência (Tabela 3). Os jovens do sexo masculino têm, em média, mais elementos da família nas suas redes ( $U=605,500$ ;  $p=0,021$ ). Também se verificaram diferenças significativas ao nível das relações com famílias amigas, tendo as raparigas mais vínculos com estas estruturas familiares ( $U=706,500$ ;  $p=0,019$ ) (Tabela 3).

A interconexão entre os membros da rede pode variar entre as redes dispersas, fragmentadas e as coesas. A densidade média das redes de suporte social da amostra é de 66,44 ( $DP=23,66$ ), ou seja, as redes sociais pessoais dos participantes são tendencialmente fragmentadas. Realce-se que a interconexão varia entre a inexistência de conexão (0%) e a coesão máxima (100%). Dos participantes, 52 jovens identificaram redes fragmentadas (61,9%), tendência que se verifica em ambos os sexos (Tabela 3).

Os rapazes apresentam redes maiores, mas as raparigas tendem a ter elementos de vários campos relacionais e uma densidade mais elevada. Todavia, não foram registadas diferenças significativas entre raparigas e rapazes quanto ao tamanho da rede ( $U=792,500$ ;  $p=0,554$ ), ao nível de densidade ( $U=805,500$ ;  $p=0,637$ ) e à composição da rede por campos relacionais ( $U=776,000$ ;  $p=0,423$ ) (Tabela 3).

Com o objetivo de perceber se existe relação entre o tamanho da rede e as variáveis idade, duração do acolhimento e dispersão geográfica, realizámos o teste de correlação de *Rho de Spearman-Rank* ( $r_s$ ), o qual revelou que não existe associação entre estas variáveis ( $p \geq 0,05$ ).

Considerando as mudanças percebidas no tamanho da rede associada ao acolhimento institucional, a maioria dos participantes revela que a rede aumentou com a integração na instituição, 32,1% declara que o número de pessoas com quem se relaciona é superior e em 36,9% das situações muito superior. Apenas 6 jovens percebem restrições na sua rede, sendo que 4 (4,8%) referem que o número de pessoas com quem se relacionam é menor do que antes do acolhimento e 2 (2,4%) declaram que é muito menor.

Foram também avaliadas as perdas e cortes relacionais significativos. A maioria dos jovens ( $n=47$ ; 56,0%) declararam ter perdido alguém nos últimos anos, maioritariamente familiares, por falecimento. Quanto aos cortes relacionais, 61,9% ( $n=52$ ) dos jovens cortou relações com elementos de referência, principalmente familiares e amigos. O motivo mais referenciado para o corte relacional tem que ver com o afastamento/distância.

Tabela 4  
*Características estruturais da rede em função das características da instituição*

	Género em acolhimento		Dimensão da instituição		Contexto da instituição	
	<i>H</i>	<i>p</i>	<i>U</i>	<i>p</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
<b>Tamanho da rede</b>	4,770	0,092	726,500	0,914	289,500	<b>0,033*</b>
<b>Nº de campos relacionais</b>	2,195	0,334	567,500	0,072	396,500	0,384
<b>Nível de densidade</b>	0,021	0,990	677,500	0,557	451,000	0,897

NOTA: *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão; *H* = *H* de Kruskal-Wallis; *U* = *U* de Mann-Whitney; *p* = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

A avaliação das características estruturais da rede de suporte em função do tipo de instituição quanto ao género, dimensão e localização (Tabela 4), identificaram diferenças significativas entre o tamanho da rede e o contexto da instituição ( $U=289,500$ ;  $p=0,033$ ). A rede é maior para os jovens acolhidos em instituição localizada em contexto rural. Em relação às restantes variáveis não existem diferenças significativas (Tabela 4).

### Características funcionais da rede de apoio social

Ao nível das características funcionais da rede social pessoal, o nível de apoio social na rede foi avaliado com base numa escala de *Likert* de 3 pontos (nenhum, algum, muito), que refletem os níveis de apoio emocional, material e instrumental, informativo, companhia social e acesso a novos contactos percebidos pelo participante. Os resultados indicam que a maioria dos jovens recebe muito apoio emocional (75,0%), apoio informativo (63,1%) e companhia social (52,4%). O nível de apoio material e instrumental está entre muito (38,1%) e algum (45,2%), tendência que se verifica também no acesso a novos contactos (algum – 42,9%; muito – 39,3%) (Tabela 5). Não foram observadas correlações significativas entre os tipos de vínculos e os apoios (Apêndice H).

Tabela 5  
*Características funcionais da rede de apoio social*

		Total		Raparigas		Rapazes		U	p
		n	%	n	%	n	%		
<b>Nível de apoios</b>									
Apoio Emocional	Nenhum	1	1,2	1	2,0	0	0	810,000	0,566
	Algum	20	23,8	10	20,4	10	28,6		
	Muito	63	<b>75,0</b>	38	77,6	25	71,4		
Apoio Material e Instrumental	Nenhum	14	16,7	7	14,3	7	20,0	794,500	0,535
	Algum	38	<b>45,2</b>	26	53,1	12	34,3		
	Muito	32	38,1	16	32,7	16	45,7		
Apoio Informativo	Nenhum	3	3,6	1	2,0	2	5,7	832,000	0,784
	Algum	25	33,3	18	36,7	10	28,6		
	Muito	53	<b>63,1</b>	30	61,2	23	65,7		
Companhia Social	Nenhum	3	3,6	2	4,1	1	2,9	825,500	0,741
	Algum	37	44,0	22	44,9	15	42,9		
	Muito	44	<b>52,4</b>	25	51,0	19	54,3		
Acesso a novos contactos	Nenhum	15	17,9	8	16,3	7	20,0	799,000	0,566
	Algum	36	<b>42,9</b>	24	49,0	12	34,3		
	Muito	33	39,3	17	34,7	16	45,7		
<b>Reciprocidade de Apoio</b>								<b>X<sup>2</sup></b>	<b>p</b>
Dá apoio a poucas destas pessoas		4	4,8	1	2,0	3	8,6	6,228	0,044*
Dá apoio a algumas destas pessoas		29	34,5	13	26,5	16	45,7		
Dá apoio à maior parte das pessoas		51	60,7	35	71,4	16	45,7		

NOTA: U = U de Mann-Whitney; X<sup>2</sup> = Qui-Quadrado de independência; p = nível de significância; \*p≤0,05; \*\*p≤0,01

A reciprocidade de apoio é elevada, dado que 95,2% dos jovens declara dar apoio à maior parte dos membros da sua rede (60,7%) ou a alguns membros (34,5%), o que parece evidenciar simetria ao nível dos apoios (Tabela 5). Através do Qui-Quadrado de independência identificámos que a reciprocidade do apoio se associa ao género, assim rapazes e raparigas têm perceções diferentes da reciprocidade do apoio (X<sup>2</sup>=6,228; p=0,044). A maioria das raparigas identifica relações mais simétricas, no que se refere ao apoio recebido e disponibilizado.

### Características contextuais da rede de apoio social

Quanto à frequência de contactos, entre o sujeito central e os membros da rede, 42,9% dos elementos identificados nas redes sociais pessoais mantêm contactos com os jovens algumas vezes por semana, 27,4% estabelecem contactos semanais e 19,0% diários. A distância geográfica entre os jovens e os elementos da rede varia entre a residência na mesma localidade ( $n=31$ ; 36,9%) e uma distância até 50 km ( $n=31$ ; 36,9%) (Tabela 6).

As relações são aparentemente duradouras, já que a 45,09% da amostra identificaram relações com duração superior a 6 anos ( $M=4,98$ ;  $DP=3,64$ ), seguidas relações com duração entre 1 e 3 anos ( $M=3,52$ ;  $DP=4,21$ ; 27,55%). Verificámos diferenças entre os sexos na durabilidade das relações. As raparigas têm mais relações com duração entre 4 e 6 anos ( $U=602,500$ ;  $p=0,010$ ).

Tabela 6  
Características contextuais da rede

	Total		Raparigas		Rapazes		U	p
	n	%	n	%	n	%		
Frequência de Contactos								
Diariamente	16	19,0	11	22,4	5	14,3	839,000	0,859
Algumas vezes por semana	36	42,9	19	38,8	17	48,6		
Semanalmente	23	27,4	13	26,5	10	28,6		
Algumas vezes por mês	7	8,3	4	8,2	3	8,6		
Algumas vezes por ano	2	2,4	2	4,1	-	-		
Dispersão geográfica da Rede Social								
Na mesma instituição	2	2,4	1	2,0	1	2,9	783,500	0,478
No mesmo bairro/rua	11	13,1	5	10,2	6	17,1		
Na mesma terra	31	36,9	23	46,9	8	22,9		
Até 50 km	31	36,9	15	30,6	16	45,7		
A mais de 50 km	9	10,7	5	10,2	4	11,4		
Durabilidade das Relações								
	M (DP)	%	M (DP)	%			U	p
Inferior a 1 ano	2,54 (5,57)	17,26	2,41 (5,69)	17,25	2,71 (5,47)	17,28	764,500	0,373
Entre 1 e 3 anos	3,52 (4,21)	27,55	3,12 (4,11)	27,60	4,09 (4,33)	27,49	752,00	0,331
Entre 4 e 6 anos	1,23 (2,16)	10,09	1,67 (2,44)	7,43	0,60 (1,50)	13,82	602,500	<b>0,010**</b>
Superior a 6 anos	4,98 (3,64)	45,09	4,51 (3,74)	47,72	5,63 (4,46)	41,42	671,000	0,088

NOTA: M = Média; DP = Desvio Padrão; U=U de Mann-Whitney; p = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

Quanto à homogeneidade e heterogeneidade da rede, os elementos das redes sociais pessoais dos participantes têm maioritariamente idade superior a 25 anos de idade (50,83%;  $M=6,167$ ;  $DP=4,60$ ), assumindo homogeneidade no grupo adulto (Tabela 7). Quanto ao sexo, 63,33% da totalidade dos sujeitos referenciados como fontes de suporte são do sexo feminino ( $M=7,74$ ;  $DP=5,71$ ), porém as redes sociais pessoais são maioritariamente mistas (Tabela 7). Deste modo, as redes sociais pessoais dos jovens em acolhimento parecem evidenciar uma tendência de homogeneidade quanto à idade e de heterogeneidade ao nível do sexo.

Existem diferenças significativas nas redes de raparigas e rapazes em função do sexo ( $U=357,000$ ;  $p=0,000$ ) sendo que as raparigas apresentam mais elementos do sexo feminino e os rapazes mais elementos do sexo masculino.

Tabela 7  
*Idade e sexo da rede social de apoio*

Idade da rede	M	DP	Variação	%			
Sujeitos com idade inferior a 12 anos	1,02	1,51	0-7	7,64			
Sujeitos com idade compreendida entre os 12 e os 18 anos	3,10	2,68	0-13	25,04			
Sujeitos com idade compreendida entre os 18 e os 25 anos	1,98	1,85	0-8	16,50			
Sujeitos com idade superior a 25 anos	6,167	4,60	0-26	50,83			
Sexo da Rede							
Raparigas		U	P	Rapazes		U	p
M (DP)	%			M (DP)	%		
7,74 (5,71)	63,33	582,500	0,012*	4,50 (3,56)	36,45	357,000	0,000**
Raparigas		Rapazes		X <sup>2</sup>	p		
n	%	n	%				
Heterogénea no género	26	53,10	31	88,60	21,880	0,000**	
Homogénea no género feminino (=> 75%)	23	46,90	1	2,90			
Homogénea no género masculino (=> 75%)	-	-	3	8,60			

NOTA: U = U de Mann-Whitney;  $X^2$  = Qui-Quadrado de independência; p = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

Foi ainda avaliada a satisfação dos jovens com o suporte social recebido. A esmagadora maioria dos jovens declarou estar muito satisfeito (84,5%). Apenas 1 jovem (1,3%) revela insatisfação total com o apoio.

### Perspetiva dos técnicos das redes de suporte social dos jovens institucionalizados

Aflorou-se a perceção dos elementos da equipa técnica quanto à rede de apoio social dos jovens em situação de acolhimento. Assim, em relação ao tamanho das redes, os técnicos identificaram redes sociais de tamanho médio ( $M=9,63$ ;  $DP=4,51$ ; Variação: 0-20), verificando-se porém, também, nos rapazes redes mais numerosas ( $M=11,03$ ;  $DP=3,94$ ).

Em relação à composição das redes observaram-se informações semelhantes àquelas que os jovens referem: a combinação dos campos relacionais família, amigos e instituição, tal como para os jovens, predomina em 46,4% das redes ( $n=39$ ). Os técnicos identificaram 4 configurações que são singulares: 3 exclusivamente familiares e 1 institucional.

Os técnicos valorizaram o suporte que os próprios prestam aos jovens, assumindo 38,77% dos elementos das redes, seguindo-se as relações familiares (36,24%) e de amizade (21,77%). O nível de densidade médio avaliado é superior à perceção dos jovens (76,08%). Cerca de 51% ( $n=43$ ) das redes são coesas, verificando-se, porém uma grande variação.

A frequência de contactos estabelecidos com os elementos da rede é semanal (78,6%), e em 52,4% das situações os contactos ocorrem mais do que uma vez por semana. Quanto aos apoios disponibilizados pela rede, os resultados vão ao encontro da percepção dos jovens. Assim, os técnicos entendem que os jovens recebem muito apoio emocional (64,3%), apoio informativo (53,6%) e companhia social (56,0%). Os elementos da rede disponibilizam apoio material e instrumental em níveis elevados (45,2%) e moderados (45,2%). Quanto à reciprocidade em 42,9% das situações os jovens dão apoio a alguns aos membros da rede e em 28,6% facultam apoio à maior parte destes.

Em relação à satisfação com o suporte social, os técnicos também avaliam o apoio percebido como muito satisfatório, apesar de ser de forma menos expressiva ( $n=44$ ; 52,4%) em comparação com os jovens. Em 42,9% ( $n=36$ ) das situações os técnicos qualificam o suporte social recebido pelos jovens como pouco satisfatório. Em média, a satisfação do suporte social é percebida como pouco satisfatória ( $M=2,46$ ;  $DP=0,61$ ).

Tabela 8

*Teste de W Wilcoxon: percepção dos jovens e dos técnicos das redes sociais de apoio*

	Jovens <i>M (DP)</i>	Técnicos <i>M (DP)</i>	<i>Z</i>	<i>P</i>
<b>Tamanho da rede</b>	12,26 (7,14)	9,63 (4,51)	-3,003	<b>0,002**</b>
<b>Número de campos relacionais</b>	2,89 (0,74)	2,81 (0,83)	-0,788	0,431
<b>Frequência de contactos</b>	2,32 (0,96)	2,23 (0,782)	-0,623	0,533
<b>Relações familiares</b>	4,63 (3,61)	3,19 (2,33)	-3,157	<b>0,002**</b>
<b>Relações de amizade (extra instituição)</b>	2,10 (2,12)	0,83 (1,26)	-4,345	<b>0,000**</b>
<b>Relações de amizade (da instituição)</b>	1,68 (2,98)	1,33 (1,34)	.0,018	0,986
<b>Relações com família amiga</b>	0,54 (2,09)	0,42 (1,15)	-0,048	0,962
<b>Relações de trabalho/estudo</b>	0,26 (0,53)	0,11 (0,38)	-2,217	<b>0,027*</b>
<b>Relações institucionais</b>	3,12 (12,85)	3,75 (2,49)	-2,404	<b>0,016*</b>
<b>Apoio emocional</b>	2,74 (2,74)	2,63 (0,51)	-1,567	0,117
<b>Apoio material e instrumental</b>	2,21 (0,71)	2,36 (0,65)	-1,530	0,126
<b>Apoio informativo</b>	2,60 (0,56)	2,52 (0,53)	-0,914	0,360
<b>Companhia social</b>	2,49 (0,57)	2,54 (0,55)	-0,596	0,551
<b>Acesso a novos contactos</b>	2,21 (0,73)	2,38 (0,54)	-1,726	0,084
<b>Reciprocidade do apoio</b>	3,56 (0,59)	2,95 (0,85)	-5,037	<b>0,000**</b>
<b>Satisfação com o suporte social</b>	2,83 (0,41)	2,48 (0,59)	-4,405	<b>0,000**</b>
<b>Densidade da rede</b>	66,44 (23,66)	76,08 (21,79)	-2,981	<b>0,003*</b>

NOTA: *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão; *Z* = Teste de W Wilcoxon; *p* = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

Para comparar os resultados da aplicação do IARSP-RS aos jovens e aos técnicos, recorremos ao teste *W Wilcoxon* (Tabela 8). Da análise dos resultados, destacamos que jovens e técnicos revelaram percepções distintas em relação ao tamanho da rede ( $Z=-3,003$ ;  $p=0,002$ ),

número de elementos da família ( $Z=-3,157$ ;  $p=0,002$ ), de amigos externos à instituição ( $Z=-4,345$ ;  $p=0,000$ ), relações de trabalho/estudo ( $Z=-2,217$ ;  $p=0,027$ ) e de técnicos e educadores ( $Z=-2,404$ ;  $p=0,016$ ), reciprocidade do apoio ( $Z=-5,037$ ;  $p=0,000$ ), satisfação com o suporte social ( $Z=-4,405$ ;  $p=0,000$ ) e densidade da rede ( $Z=-2,981$ ;  $p=0,003$ ).

### Diferenças em função do projeto de vida e das variáveis centrais do estudo

Através do teste de *H de Kruskal-Wallis*, procurámos perceber se existem diferenças significativas entre as características da rede e o projeto de vida (Apêndice I), tendo em conta a perceção dos jovens. Verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas consoante o projeto de vida, em relação à idade dos jovens ( $H = 22,173$ ;  $p = 0,000$ ), ao tempo de acolhimento ( $H=22,807$ ;  $p=0,000$ ) e às relações familiares ( $H=8,415$ ;  $p=0,015$ ) (Tabela 9).

De acordo com os resultados, os jovens com projeto de vida de autonomia são mais velhos e encontram-se em acolhimento há mais tempo. Jovens com projeto de vida de reintegração na família tendem a identificar mais as relações com a família como significativas. Com recurso ao teste *Post-Hoc de Dynnett's C* confirmámos que o projeto de vida difere consoante a idade dos jovens ( $F=7,873$ ;  $p=0,000$ ) e o tempo de acolhimento ( $F=7,835$ ;  $p=0,000$ ). Porém rejeitou-se a relação entre o projeto de vida e os vínculos com a família ( $F=1,744$ ;  $p=0,149$ ) (Tabela 9).

Tabela 9

Teste de *H de Kruskal-Wallis* do projeto de vida em função da idade, tempo de acolhimento e relações familiares

Projeto de Vida	Reintegração na família	Confiança a pessoa idónea e adoção	Autonomia de vida	<i>H</i>	<i>p</i>	<i>Post-Hoc</i>
Mean Rank						
<b>Idade dos jovens</b>	33,71	8,13	53,73	22,173	<b>0,00**</b>	<b>0,000**</b>
<b>Tempo de acolhimento</b>	32,28	15,00	54,27	22,807	<b>0,000**</b>	<b>0,000**</b>
<b>Relações familiares</b>	50,93	34,38	35,64	8,415	<b>0,015*</b>	0,149

NOTA:  $H = H$  de Kruskal-Wallis;  $p$  = nível de significância; \* $p \leq 0,05$ ; \*\* $p \leq 0,01$

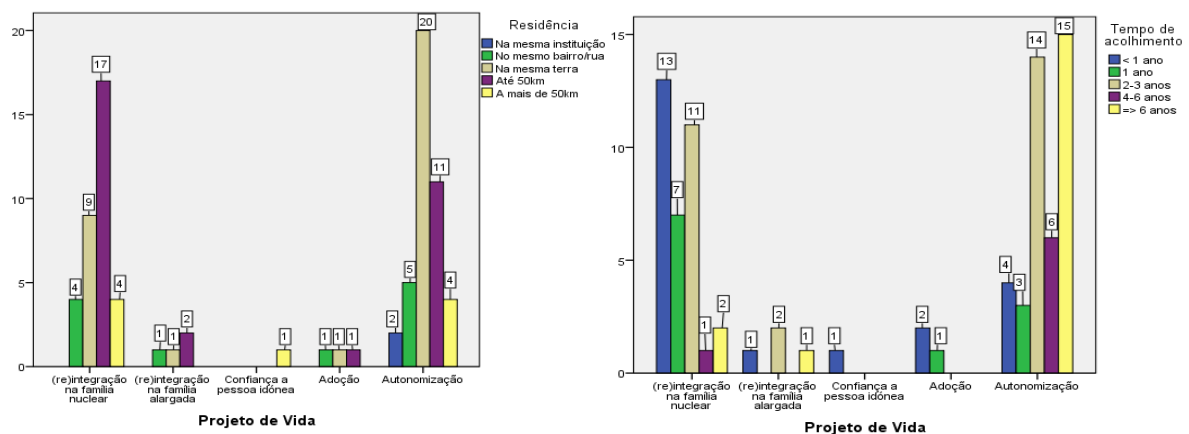


Figura 1 e 2 – Relação entre o projeto de vida e a dispersão geográfica e o tempo de acolhimento



Da análise das figuras 1 e 2 destaca-se que, um grande número de jovens que têm como projeto de vida a reintegração na família reside fora do concelho da instituição de acolhimento. No que se refere aos jovens que perspetivam a autonomia de vida, apesar de ainda haver um número expressivo de elementos de referência que residem numa localidade até 50 km da instituição de acolhimento, grande parte das pessoas de referência reside na mesma terra (Figura 1).

Quanto à relação entre o tempo de acolhimento e o projeto de vida, a figura 2 permite-nos visualizar a relação entre estas variáveis, sendo que os projetos de vida de reintegração na família se associam a uma menor duração do acolhimento e que uma duração mais prolongada se relaciona com a autonomia de vida (Figura 2).

### **Discussão dos Resultados**

Dos resultados obtidos pode afirmar-se que o acolhimento institucional potencia mudanças na vida das crianças e jovens, nomeadamente nas suas redes de suporte social.

Conclui-se que a maioria dos jovens acolhidos são raparigas na etapa da adolescência e que o acolhimento tem uma duração longa com mais de 2 anos até aos 6 anos. As redes dos participantes são consideradas grandes, cerca de 12 elementos, com os rapazes a apresentarem, em média, redes maiores que as raparigas, incluem maioritariamente pessoas da família, amigos e relações institucionais, são, quanto à coesão, fragmentadas. Os participantes apontam como tendo grande impacto perdas e cortes com a família (motivados pela distância), consideram receber apoio de forma satisfatória da sua rede e geram reciprocidade nas relações, sendo as relações familiares as mais relevantes para a maioria dos jovens. Os técnicos apresentam perspetivas distintas dos jovens, num sentido mais negativo quanto ao tamanho da rede, ao número de elementos da família e relações de estudo/trabalho significativas, reciprocidade e satisfação com o suporte social. Os técnicos manifestam uma perceção mais positiva quanto às relações institucionais (valorizando-as mais que os jovens) e percecionam redes mais coesas que os jovens. Na definição do projeto de vida os fatores que parecem ser determinantes na sua definição são a idade e o tempo de acolhimento, não se observando ligação com as relações familiares ou com as características da rede.

A maioria dos participantes são raparigas e têm na sua maioria entre 15 e 17 anos de idade, o que vai de encontro com o panorama nacional do acolhimento institucional, retratado na última caracterização anual da situação de acolhimento (Instituto de Segurança Social, 2014). Metade dos participantes identifica a autonomia de vida como via para a saída da

instituição, correspondendo aos jovens mais velhos e acolhidos há mais tempo (mais de seis anos). Realça-se que os projetos de vida que prevejam a reintegração na família se tornam cada vez menos exequíveis quanto maior é a duração do acolhimento e a idade, aspeto que poderá ter que ver com o facto de não se verificarem mudanças na família, que inviabilizem tais projetos. Também se poderá verificar um menor investimento nas relações familiares e um maior investimento ao nível da promoção de competências e autonomia. Assim, verifica-se assim uma tendência para o acolhimento prolongado, o qual oferece riscos acrescidos (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Gomes, 2010; Millán, Hamido-Mohamed & Gómez, 2009). À semelhança dos nossos resultados, também a caracterização da situação de acolhimento de 2013 identifica a autonomização como o projeto de vida que mais predomina (Instituto de Segurança Social, 2014). Porém, os nossos resultados revelam que, esta tendência se inverte para os rapazes, sendo que para estes predomina a reintegração na família nuclear e alargada e observou-se uma menor duração do acolhimento.

No que se refere às características estruturais, as redes pessoais dos jovens participantes têm em média 12 elementos, sendo que os rapazes tendem apresentar redes maiores. De acordo com alguns estudos (Araújo, 2012; Arteaga & del Valle, 2003; Mendes, 2011) o tamanho médio das redes sociais de jovens em acolhimento varia entre os 9 e os 11 elementos. Perante os nossos resultados é possível afirmar que os participantes têm redes grandes. Realce-se que o tamanho das redes sociais dos jovens acolhidos na instituição rural apresenta diferenças, em relação às dos jovens institucionalizados em contexto urbano, sendo as primeiras maiores, o que nos permite inferir que poderá haver relação entre estas variáveis.

A literatura realça a associação negativa entre o tamanho da rede e a idade dos jovens, bem como entre o tamanho e a duração do acolhimento, no entanto, no presente estudo, tal como na investigação desenvolvida por Mendes (2011), não se verificaram diferenças. Os participantes revelam que com o acolhimento em instituição ocorreu a expansão da rede social pessoal, o que nos permite inferir que a institucionalização pode também potenciar novos laços e alargar a rede de suporte social. Este alargamento pode ser explicado pelo facto da institucionalização obrigar, na maioria das situações, a uma mudança do contexto de vida, que se reflete na integração local em estabelecimentos educativos, formativos, lúdicos, sociais, entre outros, além das relações com as crianças/jovens e colaboradores da resposta institucional, ou seja, favorece o alargamento dos contextos e, logo, a diversificação relacional. Adicionalmente em alguns casos, o acréscimo de elementos que não implica necessariamente perda dos já existentes. Acresce que, os participantes encontram-se na fase da adolescência, etapa na qual os jovens passam a estabelecer relações sociais externas com

maior frequência (Arteaga & del Valle, 2001; Brito & Koller, 1999; Siqueira, 2006) dado que parece ser comprovado pela investigação em curso. Este alargamento contempla naturalmente não apenas as relações de amizade fora da instituição, mas também, os amigos da instituição, bem como elementos da resposta de acolhimento e comunitárias.

As relações familiares assumem grande parte das relações percebidas como sendo significativas e de suporte, seguidas das relações com os pares extra e intra instituição e das relações com os profissionais das instituições. Estes dados parecem corroborar os resultados da investigação realizada por Mendes (2011) e Araújo (2012). A importância atribuída pelos jovens à família, bem como a perceção positiva, apesar do evidente afastamento da mesma com o acolhimento, tem sido explicada como fruto da idealização dos próprios jovens (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). O acolhimento institucional pode atenuar recordações negativas vivenciadas em contexto familiar e contribuir para uma visão mais positiva da relação com a família (idem). Os resultados revelam ainda que os rapazes tendem a valorizar mais as relações familiares, corroborando o estudo de Lopes e Moleiro (2012). Importa também sublinhar a este respeito a importância que a família assume sempre no desenvolvimento de cada um de nós, aspeto que não se altera nas crianças/jovens em acolhimento e, provavelmente, o contexto tende que sejam ainda mais valorizadas. Esta valorização poderá ter também a ver com a diminuição da conflitualidade e das dificuldades vividas na família, entretanto atenuadas pela distância e pela falta de convivência diária. Finalmente poderá ser explicada pelos efeitos terapêuticos do acolhimento para pais e filhos, ao permitir um tempo de afastamento relacional, potenciador de mudanças no funcionamento da família e do jovem, muitas vezes resultante do trabalho desenvolvido neste sentido com os profissionais da rede e da instituição.

Contrariamente a alguns estudos (Cepa, 2011; Livi, Berger & Schneider, 2009; Lopes & Moleiro, 2012; Nunes, 2010; Redondo, Pimentel & Correia, 2012; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006), os jovens participantes não privilegiam os pares como principais fontes de apoio. De facto, as redes revelam homogeneidade no grupo adulto, sendo que, de acordo Arteaga e del Valle (2003), os adultos são mais valorizados como fontes de apoio, eventualmente, porque estes dispõem de mais recursos para oferecer apoio de forma eficaz. Martín e Dávila (2008) reforçam a importância dos adultos ao nível da adaptação. O cuidar é, na maior parte das vezes, associado aos adultos, sendo estes encarados como fonte de apoio e compreensão. É ainda de referir que, os pares em acolhimento, encontrando-se igualmente numa situação de vulnerabilidade, podem não estar tão disponíveis, ter tantas competências ou serem qualificados para prestar apoio social.

Quanto à interconexão entre os elementos da rede, contrariamente às investigações de Cepa (2011) e Mendes (2011), que identificaram redes coesas, os nossos resultados revelaram que os participantes têm redes fragmentadas. As redes fragmentadas são compostas por “subgrupos relativamente independentes entre si, muitas vezes situados num ou noutro quadrante da rede” (Guadalupe, 2009, p. 79). De facto as redes dos participantes revelam-se mais diversificadas, dispondo de elementos de diferentes campos relacionais, o que nos parece um dado interessante, que aponta as redes em causa como tendo mais recursos, serem mais capazes de proteger a privacidade e de não gerarem pressão num sentido de funcionamento específico. Considerando, a alteração contextual associada à integração em instituição, a distância geográfica da família e o elevado número de cuidadores/funcionários parece natural que alguns membros não mantenham qualquer tipo de conexão entre si. Segundo Sluzki (1996, 2007), um nível de densidade médio favorece a máxima efetividade e eficácia da rede. Realce-se, no entanto, que há um pequeno número de jovens, mas importante, que revelam ter redes completamente desligadas, o que é revelador de isolamento e que merece a atenção dos técnicos das instituições de acolhimento.

O acolhimento em instituição provoca mudanças relacionais, nomeadamente com a família, tanto ao nível da qualidade, como na frequência e intensidade das relações (Dell’Aglío, 2000; Nunes, 2010; Siqueira, 2006; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2006, 2007). A distância geográfica entre o local de residência da família e a instituição, bem como a frequência de contactos parece influenciar o afastamento físico e emocional da família (Alberto, 2008; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Gomes, 2010; Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2006; Martins, 2004; Mota & Matos, 2008; Siqueira, 2006; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), aspeto que se refletiu na perceção dos jovens dos cortes relacionais. Também Arteaga e del Valle (2003) afirmam que o acolhimento pode potenciar a rutura dos laços relacionais.

Apesar de os jovens afirmarem que, em média, estabelecem contactos algumas vezes por semana com os elementos da rede de suporte e destes residirem, maioritariamente, ou na mesma localidade, ou até 50 km, verificamos que a frequência de contactos se associa à dispersão geográfica, sendo que quanto mais distante é a residência dos elementos da rede, mais espaçados são os contactos. Sluzki (2007) defende que a distância geográfica afeta a sensibilidade e velocidade de resposta da rede. A ausência dos familiares no quotidiano dos jovens, gera menos oportunidades destes prestarem suporte e aconselhamento, no momento, e promove o recurso a outras pessoas de uma forma mais constante e regular, o que acaba por

alimentar a desconexão e a falta de afinidade entre os familiares mais próximos e os jovens. Estes dados remetem-nos para o facto da distância e acessibilidade da rede afetarem a qualidade dos vínculos relacionais e afetivos (Arteaga & del Valle, 2003; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007), a qual se relaciona com o projeto de vida, nomeadamente com a reintegração familiar (Scott, Neill & Minge, 2005).

Atualmente, o recurso às novas tecnologias e telefones pode promover uma maior frequência e melhoria de contactos, no entanto a distância geográfica dificulta o envolvimento dos familiares no quotidiano das crianças/jovens e, por conseguinte poderá afetar os vínculos e a relação estabelecida, assim como dificulta a intervenção dos profissionais da instituição junto da família. A distância e diminuição da frequência de contactos poderá ter ainda o efeito agravador do não envolvimento da família nos cuidados e tarefas educativas e parentais, o que resultará numa maior dificuldade em promover mudanças nestas funções e seu desempenho, bem como nas dificuldades relacionais que levaram ao acolhimento. Poderá criar-se assim um contexto paradoxal para todos os envolvidos uma vez que, o acolhimento que se pretende temporário e promotor da mudança e ajustamento da criança e da família, resulta num maior distanciamento e demissão das tarefas parentais, delegadas na instituição, o que prejudica o potencial transformador do acolhimento para a família.

Os resultados deste estudo revelam que os jovens percebem níveis elevados de apoio recebidos pelos elementos da rede, destacando-se o apoio emocional e o apoio informativo, sendo que estes apoios parecem ser os mais valorizados pelos jovens. Apesar dos contornos que levam ao afastamento da família e dos riscos associados ao acolhimento institucional, nomeadamente a ausência de referências consistentes e continuas (Siqueira, 2006; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009), este cenário parece oferecer suporte a um nível elevado, o que poderá refletir-se na adaptação, bem estar e desenvolvimento dos jovens. A investigação de Lopes e Moleiro (2012) revela que as raparigas tendem a revelar valores mais elevados na perceção de suporte social, porém no presente estudo não se verificaram diferenças em relação ao sexo dos jovens, assim como não se destaca a existência de relação com o tipo de vínculo. Como já vimos, na maioria das situações, a família não é um elemento presente no quotidiano dos jovens e é esperado que solicitem apoio aos elementos que lhes sejam fisicamente mais próximos e cuja expectativa seja de prestarem um apoio imediato. Por outro lado, a perceção das fragilidades da família por parte do jovem, ou a zanga e decepção que este poderá sentir ao ter de ser afastado da

família pela via da institucionalização, poderá ter impacto na confiança no suporte que a família deveria prestar e poderá não prestar, na perspetiva dos participantes.

Segundo Guadalupe (2009, p. 86), as situações-sociais-problema diminuem as possibilidades de trocas funcionais recíprocas. Todavia, os jovens, além de perceberem níveis elevados de apoio recebido, percebem-se como fontes de apoio, sendo as relações tendencialmente simétricas. Este dado é curioso dado que se verifica que os jovens em situação de acolhimento, além de receberem apoio avaliado como elevado, também se percebem como fontes de suporte.

A esmagadora maioria dos jovens revela estar muito satisfeito com o suporte social recebido. Segundo Dell’Aglio (2006), esta percepção é mais importante do que outras características quantitativas da rede. Realce-se que, aquando da aplicação do instrumento de análise da rede social pessoal, foi notória a dificuldade em qualificar a satisfação com o suporte social, considerando que as alternativas variavam entre a insatisfação total, um nível reduzido e elevado de satisfação, não havendo um nível médio, o qual poderá ter influenciado os resultados. Este dado pode ainda ter que ver com uma percepção positiva do acolhimento (Dell’Aglio, 2000; Mota & Matos, 2008), com a disponibilidade de apoio, pertença, segurança e proteção (Mártin & Dávila, 2008; Mota & Matos, 2008; Siqueira, Betts & Dell’Aglio, 2006; Siqueira & Dell’Aglio, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglio, 2009), bem como, com o efeito atenuante do acolhimento nas recordações negativas (Nunes, 2010; Siqueira & Dell’Aglio, 2006). A satisfação com o suporte social associa-se a sentimentos de bem estar e qualidade de vida, pelo que podemos depreender que os jovens estão satisfeitos com a sua vida.

Verificamos que os técnicos e jovens possuem percepções distintas sobre as redes sociais, o que já seria expectável, pelo carácter pessoal e subjetivo associado a esta dimensão. Os resultados dão conta de que os profissionais tendem a ter uma visão mais negativa e restrita da rede de suporte dos jovens. O tamanho da rede é mais reduzido na perspetiva destes o que nos remete para os resultados obtidos por Mendes (2011) na sua investigação com uma amostra de jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 17 anos de idade, na qual identificou um tamanho médio de 9 elementos. Também Cepa (2011), considerando a percepção dos técnicos, identificou redes tendencialmente pequenas (4,58 sujeitos) de crianças entre os 6 e os 12 anos de idade.

Há também uma menor percepção por parte dos profissionais das relações familiares, de trabalho/estudo e de amigos exteriores à instituição de acolhimento como significativos. As instituições têm como missão colmatar as dificuldades e lacunas que as famílias evidenciaram

e que levaram ao acolhimento. Este pressuposto de partida poderá pontuar desde logo a visão que a instituição tem da família que tende a ser negativa, muito centrada nas dificuldades e nos problemas e pouco valorizadora dos recursos e competências que estas, ainda assim, sempre têm. Por outro lado, a família coloca frequentemente na instituição a culpa do acolhimento e esta é vista, em alguns casos, como “inimiga” da família, o que poderá levar a família a ter uma relação de desconfiança e também dificuldades no relacionamento com os profissionais, podendo manifestar comportamentos e estilos de relação considerados desajustados. Estes fatores podem contribuir para a desvalorização que os técnicos fazem das famílias e ajudar a explicar os resultados obtidos. Realce-se que, segundo Scott, Neill e Minge (2005), os profissionais tendem a influenciar os contactos entre a criança/jovem e a família, e que esta visão mais restrita poderá refletir-se no afastamento à família.

Os elementos externos à instituição não são referenciados na mesma medida pelos técnicos, o que pode indiciar um diminuto conhecimento e valorização da realidade e quotidiano dos jovens nos contextos sociais e comunitários. De acordo com Nunes (2010), os técnicos tendem a subestimar as relações que os adolescentes estabelecem com os profissionais. Curiosamente, os nossos resultados permitiram constatar o inverso. Assim, as relações com os educadores e técnicos verificam uma tendência contrária, com resultados superiores aos dos jovens. As relações institucionais são mais valorizadas, o que pode ter que ver com o facto de os profissionais serem, muitas vezes, a fonte de apoio social mais próxima e organizada (Siqueira & Dell’Aglia, 2006, p.77), bem como o carácter duradouro destas relações.

O nível de reciprocidade percebido é inferior, ainda que positivo, o que parece indiciar que os profissionais não reconhecem tanto o potencial suporte disponibilizado pelos jovens, percebendo-os mais como “recetores” de apoio. A perspetiva da permuta relacional pode não espelhar a perceção do outro, sendo as medidas de acordo com a subjetividade de cada um.

Os técnicos também percebem uma menor satisfação dos jovens com o suporte social, sendo que, em média, o suporte prestado pela rede é percebido como pouco satisfatório. Este dado é preocupante uma vez que evidencia a perceção dos profissionais sobre o seu trabalho e sobre a eficácia do mesmo. Poderá refletir pouca perceção da importância do suporte disponibilizado aos jovens com quem trabalham, apesar de se identificarem como elementos privilegiados da rede, uma certa insatisfação e desgaste com o trabalho desenvolvido ou uma perceção negativa do contexto de acolhimento, em comparação com a permanência na família, o que coincide com a narrativa social dominante sobre a institucionalização enquanto “mal menor.” Dada a importância deste resultado e a falta de dados complementares que

ajudem a explicá-lo considera-se fundamental a realização de estudos adicionais sobre este aspeto.

Os resultados superiores da densidade parecem indiciar que os técnicos valorizam mais os elementos que mantêm contactos entre si, identificando redes mais coesas que os jovens, o que poderá gerar menos efetividade e eficácia da rede numa situação de crise. Por outro lado, não se verificam diferenças significativas nos níveis de apoio percebidos pelos jovens e pelos técnicos. Apesar da disfuncionalidade associada a algumas das relações, dinâmicas familiares e aos próprios jovens em acolhimento, os apoios são recebidos a um nível moderado a elevado, o que pode ser indicador de que a instituição facilita o acesso a recursos e estratégias para lidar com situações adversas (Nunes, 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2006), assim como favorece a manutenção de relações positivas (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Martín & Dávila, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell’Aglío, 2009).

### **Conclusões**

Os resultados revelam que as redes sociais destes jovens são tendencialmente grandes, fragmentadas, mistas, e multidimensionais; caracterizadas pela reciprocidade e versatilidade, sendo que a família o campo relacional mais referenciado. Os elementos da rede são percebidos como fontes de suporte social a um nível significativo e o suporte social como muito satisfatório. Os dados indicam que o acolhimento institucional tende a promover a expansão da rede de suporte social.

Os profissionais apresentam uma conceção das redes de suporte dos jovens em acolhimento mais limitada, o que nos parece ser um dado relevante ao nível da intervenção.

Conclui-se que, os projetos de vida diferem consoante a idade dos jovens e a duração do acolhimento, sendo que os jovens mais velhos e com uma permanência mais prolongada em instituição tendem a sair da instituição pela vida da autonomização. Neste trabalho não se percebe a existência de uma relação entre as características redes sociais pessoais dos jovens e os projetos de vida. Todavia, torna-se necessário avaliar a rede na definição dos projetos de vida e apostar na intensificação das relações com a família quando esta ainda é uma aposta, bem como no envolvimento ativo destas para que a qualidade do vínculo não se perca. Deste modo, o conhecimento das redes de suporte revela-se importante e não deve assumir um carácter normalizador e que sejam reconhecidas as singularidades de cada situação.

Não podemos deixar de referir algumas limitações do nosso estudo. Apesar de oferecer contributos nesta área de intervenção, tratando-se de um estudo transversal não permite



estabelecer uma relação temporal entre as variáveis. Outra eventual limitação diz respeito ao número e características de participantes, que não permite generalizar resultados. Também consideramos como limitação o facto de não termos um número mais expressivo de projetos de vida de confiança a pessoa idónea ou a instituição com vista a futura adoção, números que poderão ter dificultado a análise da variável projeto de vida, em função das características das redes sociais. No que se refere ao instrumento de investigação utilizado, o IARSP-RS (adaptado por Alarcão & Guadalupe, 2009) permite analisar grande parte das dimensões da rede social pessoal, no entanto o facto de o mesmo carecer de uma cotação intermédia, leva-nos a avaliar “um valor que é média de uma outra média, o que acaba por ser menos fiel aos dados obtidos” (Alarcão & Sousa, 2007, p.374).

Esta investigação constitui um contributo para a compreensão das redes sociais pessoais de jovens acolhidos em lares de infância e juventude, assim como oferece alguns desafios para investigações futuras. Realce-se, no entanto, que este é ainda um campo que necessita de ser explorado e potenciado tanto ao nível da investigação, como da intervenção.

Futuramente seria interessante alargar esta investigação a outras instituições e zonas geográficas; caracterizar a rede social pessoal dos jovens acolhidos em instituições de acolhimento, numa perspetiva longitudinal, e/ou com grupos de comparação; e associar a rede social pessoal a outros indicadores, nomeadamente à resiliência, de modo a aprofundar o conhecimento dos fatores protetores do desenvolvimento dos sujeitos.

Ao nível da intervenção poderá ser relevante integrar um instrumento de análise e avaliação da rede social pessoal na prática profissional dos técnicos que intervêm diretamente com os jovens em situação de maior vulnerabilidade.

Os fios e nós que tecem as redes de cada um de nós são singulares, inscrevem-se num tempo e num espaço, que comportam uma estória e um rosto, contendo um valor inequívoco, que vale a pena explorar.

### Referências Bibliográficas

- Abreu, S. G. (2003). Programa rede social: questões de intervenção em rede secundária. *Interações*, 5, 67-90.
- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica* (2ªed.). Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M., & Sousa, L. (2007). Rede social pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376.
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Alberto, I. (2008). «Como pássaros em gaiolas»? Em Machado, C., & Gonçalves, R. A. (coord.). *Violência e Vítimas de Crimes: Crianças* (3ªed.) (pp. 209-227). Coimbra: Quarteto.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos em lares de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, G. R. B., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes : conectando solidariedade e saúde. *Ciência e Saúde Colectiva*, 7(4), 925-934.
- Araújo, J. (2012). *Auto conceito, qualidade de vida e rede social em jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Arteaga, A B. & del Valle, J. F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Arteaga, A B., & del Valle, J. F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residências de protección. Un análisis comparativo com población normativo. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Barrón, A. (1997). Apoyo Social. *Psicothema*, 9(2), 457-459.
- Bos, K., Zeanah, C., Fox, N., Drury, S., McLaughlin, K., & Nelson, C. (2011). Psychiatric Outcomes in Young Children with a History of Institutionalization. *Harv Rev Psychiatry*, 15-24.
- Bourdon, S. (2009). Relaciones sociales y trayectorias biográficas : hacia un enfoque comprensivo de los modos de influencia. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 16(6), 159-177
- Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em Carvalho, A. M. (org.) (1999). *O Mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em Ação* (pp. 115-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Developmente – Experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- Browne, K. (2009). *The Risk of Harm to Young Children in Institutional Care*. UK: Save the Children. Acedido em 1, março, 2014, em [http://www.crin.org/docs/The\\_Risk\\_of\\_Harm.pdf](http://www.crin.org/docs/The_Risk_of_Harm.pdf).
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspetos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
- Cepa, C. M. A. S. (2011). *As redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial – o papel dos centros de acolhimento temporário*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (s.d.). Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Acedido em 18, dezembro, 2013, em [http://www.cnpcjr.pt/%5Cdownloads%5CGuia\\_acciao\\_social.pdf](http://www.cnpcjr.pt/%5Cdownloads%5CGuia_acciao_social.pdf).
- Dell’ Aglio D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Department of Health, (2000). Framework for the assessment of children in need and their families. London. Acedido em 14, dezembro, 2013, em <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130401151715/https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Framework%20for%20the%20assessment%20of%20children%20in%20need%20and%20their%20families.pdf>.
- Dolan, P., Canavan, J. & Brady, B. (2008). Youth mentoring and the parent-young person relationship: considerations for research and practice. *Youth & Policy*, 99, 33-42.
- Eleith, D. S. (org.) (2007). A Construção de práticas para alunos com altas habilidades / superdotação - volume 3: O aluno e a família, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Brasília – DF: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab4.pdf>;
- Fernández, J., Álvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. *Infancia y Aprendizaje*, 26(3), 235-249.
- Formosinho, J. O., & Araújo, S. (2004). *A Criança na Sociedade Contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Goyette, Martin (2010). Dinámicas relacionales de las transiciones a la vida adulta. Complementariedad entre redes, apoyos y soportes. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 18(4), 83-107
- Guadalupe, S. (2001). *Intervenção em rede e doença mental*. hospital sobral cid. Coimbra. Acedido em 23, dezembro, 2013, em <http://www.cpihts.com/PDF03/Sonia%20Guadalupe.pdf>.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em Rede: Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guadalupe, S., & Alarcão, M. (2009). *Instrumento de análise da rede social pessoal: versão revista sumária – Manual para o Utilizador*. Manuscrito não publicado.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2005), *Manual de boas práticas – um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Acedido em 05, abril, 2014, em [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs\\_lar\\_infancia\\_juventude\\_processos-chave](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_lar_infancia_juventude_processos-chave).
- Instituto de Segurança Social, IP. (2014). *CASA 2013 – Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Acedido em 28, maio, 2014, em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt).
- Janeiro, N. E. F. (2011). *Utilização do mapa de rede no rendimento social de inserção: construção de um guião de entrevista e desenho de um programa de formação específico para técnicos de intervenção social e comunitária*. Trabalho de Projeto de Mestrado não publicado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (2006). *Manual de boas práticas: um guia para o acolhimento residencial para crianças e jovens - para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Livi, K., Berger, C., & Schneider, M. I. (2009). Violência: prevenção, manejo e identificação de vulnerabilidades na infância e adolescência. Em. Lenz, M. L. M.; Flores, R. (Org.). *Atenção à Saúde da Criança de 0 a 12 anos* (pp. 129-141). Porto Alegre: Editora Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

- Lopes, R., & Moleiro, C. (2012). Avaliação do Suporte Social de Crianças e Jovens: Estudo de validação da Escala de Perceção de Suporte da Família Pares e Professores. Em: Calheiros, M. M.; Garrido, M. V. & Santos, S. V. (Org.) *Crianças em Risco e Perigo - contextos, investigação e intervenção* (pp. 139-155) (vol.2). Lisboa: Edições Sílabo.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens* (4ª Ed.). Coimbra. Quarteto.
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e protetores do desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Martín, E., & Dávila, L. M. (2008). Redes de apoio social e adaptación de los menores en acogimiento residencial. *Psicothema*, 20(2), 229-235.
- Martins, P. C. M. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Martins, P. C. M. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens - As Respostas Institucionais*. IV Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Acedido em 20, dezembro, 2013, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>.
- Mendes, E. A. S. (2011). *Redes Sociais Pessoais e Perceção da Qualidade de Vida das Crianças e Jovens Institucionalizados – o papel das famílias amigas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Millán, J. M. F., Hamido-Mohamed, A., & Gómez, M. M. O. (2009). Influencia del acogimiento residencial en los menores en desamparo. *Electronic Journal of Research in Educationa Psychology*, 7(2), 715-728.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e Institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*. 20(3), 367-377.
- Nunes, M. A. C. (2010). *Auto-conceito e suporte social em adolescente em acolhimento*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). Código Deontológico da Ordem dos Portugueses. Acedido em 12, outubro, 2014, em [https://www.ordendopsicologos.pt/pt/cod\\_deontologico](https://www.ordendopsicologos.pt/pt/cod_deontologico).

- Palacios, J., Jiménez, J., Oliva, A., & Saldaña, D. (2013). Malos tratos a los niños en la familia. Em Rodrigo, M. J., & Palacios, J. (coord.) (2013). *Familia y desarrollo humano* (12º Ed.). Madrid: Alianza Editorial.
- Palacios, J. (2003). Instituciones para niños: protección o riesgo?. *Infancia y Aprendizaje*, 26(3), 235-249.
- Penha, M. T. (1996). *Crianças em Risco*. Direção Geral da Ação Social, Lisboa. Acedido em 15, dezembro, 2013, em [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/Crianças\\_risco](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/Crianças_risco).
- Pereira, D. I. F., (2003). *Fatores que influenciam o comportamento parental – percepções de pais e filhos em situações de maus-tratos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pereira, S. E. F. N. (2009). *Redes de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e a sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Brasília, Brasília – DF.
- Pereira, V. N. (2010). *Jovens Institucionalizados: rede de suporte social e sua autonomização*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Pereira, P. M., (2012). Guião de Conceptualização de Caso de Crianças (6-11anos) em situação de perigo. Em Calheiros, M. M., Garrido, M. V., & Santos, S. V. (coord.). *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (vol.2) (pp. 103-137). Lisboa: Edições Silabo.
- Pocinho, M. (2009). Amostras: Teorias e exercícios passo a passo. Amostras e tipos de amostragens. Acedido em 24, julho, 2014, em [http://docentes.ismt.pt/~m\\_pocinho/calculo\\_de\\_amostras\\_teorias.pdf](http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/calculo_de_amostras_teorias.pdf).
- Pocinho, M. (2014). O livro que explica a estatística que precisa em 13 aulas: IBM,-SPSS & Excel – Teoria e prática. Acedido em 11, Agosto, 2014, em [http://issuu.com/cinep/docs/livro\\_gratuito\\_de\\_estatistica\\_e\\_sps/0](http://issuu.com/cinep/docs/livro_gratuito_de_estatistica_e_sps/0).
- Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos : promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3). 405-416.
- Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Oficina do CES nº 271. Acedido em 29, abril, 2014, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>.

- Proctor, C.D., Groza, V. K., & Rosenthal, J.A. (s.d.). Social Support and Adoptive Families of Children with Special Needs. Acedido em 1, maio, 2014, em <http://msass.case.edu/downloads/vgroza/003-1999.pdf>.
- Ramião, T. A. (2007). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Anotada e Comentada* (5ª ed.). Lisboa: Quid Juris – Sociedade Editora.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (coord.) (2012). *SARAR – SINALIZAR, APOIAR, REGISTAR, AVALIAR, REFERENCIAR: Uma proposta de Manuel para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3ª Ed.). São Paulo: McGraw Hill.
- Sani, A. I. M. (2004). *As crenças, o discurso e a ação: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia, Braga.
- Sanicola, L. (1997). Le Travail avec les Réseaux Primaires. *Les Cahiers de l'Actif*, 258/259, 53-70.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Scott, D., Neill, C., & Minge, A. (2005). *Contact between Children in Out-Of-Home Care and their Birth Families: A Review Of Literature*. Sydney: NSW Department of Community Services.
- Serrano, A. M. (2007). *Redes Sociais de Apoio e sua Relevância para a Intervenção Precoce*. Porto: Porto Editora.
- Silva, L. F. (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Siqueira, A. C. (2006). *Instituições de abrigo, família e rede de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(11), 71-80.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reintegração de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-146.

- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell’Aglío, D. D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158.
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- Sluzki, C. E. (1996). *La red social: frontera de la practica sistémica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Sluzki, C. E. (2000). Social Network and the Elderly: Conceptual and Clinical Issues, and a Family Consultation. *Family Process*, 39(3), 271-284.
- Sluzki, C. E. (2007). Famílias e Rede. Em Fernandes, L. & Santos, M. R. (coord). *Terapia familiar, redes e poética social* (pp. 95-119). Lisboa: Climepsi.
- Soczka, L. (2005). Modelos de Análise de Redes Sociais e Limitações do Modelo de Equilíbrio Estrutural de Heider. *Interacções*, 8, 83-122.
- Sousa, L. (2012). Redes sociais na velhice. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(1), 03-09.
- Tarullo, A. R. & Gunnar, M. R. (2005). Institutional, rearing and deficits in social relatedness: possible mechanisms and processes. *Cognitive, Crater, Comportament*, 9(3), 329-342.
- World Health Organization (2013). *European report on preventing child maltreatment*. Acedido em 28, abril, 2014, em <http://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/european-report-on-preventing-child-maltreatment>.



